



TESOURO NACIONAL

Operações de Crédito de Estados e Municípios Manual Para Instrução de Pleitos MIP

**Brasília - DF
Março de 2010**



MINISTÉRIO DA FAZENDA



**OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS
MANUAL PARA INSTRUÇÃO DE PLEITOS
MIP**

**Brasília - DF
MARÇO de 2010**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional

MINISTRO DA FAZENDA
GUIDO MANTEGA

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
NELSON MACHADO

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL
ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO

MANUAL PARA INSTRUÇÃO DE PLEITOS

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	7
II. ATRIBUIÇÕES	8
II.1 Do Ministério da Fazenda	8
II.2 Das Instituições Financeiras	8
II.3 Do Banco Central do Brasil	10
II.4 Do Órgão Jurídico dos Estados, Distrito Federal ou Municípios	10
II.5 Do Órgão Técnico dos Estados, Distrito Federal ou Municípios	10
II.6 Do Gestor dos Estados, Distrito Federal ou Municípios	10
II.7 Do Tribunal de Contas dos Estados, Distrito Federal ou Municípios	10
III. ATENDIMENTO AO PÚBLICO	11
III.1 Comunicação via ofício	11
III.2 Consultas por telefone	11
III.3 Consultas por e-mail	12
III.4 Consultas presenciais	12
III.5 Comunicação via fax	12
IV. TIPOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13
V. INSTRUÇÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	15
V.1 Documentos e Informações	16
V.2 Limites e Condições	17
V.2.1 Exceções aos limites de endividamento	17
V.2.1.1 Operações de PMAT e PNAFM	17
V.2.1.2 Operações de RELUZ	18
VI. INSTRUÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS	19
VI.1 Documentos e Informações	19
VI.2 Limites e Condições	20
VII. INSTRUÇÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	21
VII.1 Documentos e Informações	21
VII.2 Limites e Condições	22
VIII. INSTRUÇÃO PARA OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DO PRINCIPAL DE DÍVIDAS	23
VIII.1 Documentos e Informações específicos	23
VIII.2 Limites e Condições	24
IX. INSTRUÇÃO PARA OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA (ARO)	25
IX.1 Documentos e Informações	26
IX.2 Limites e Condições	26

X. INSTRUÇÃO PARA CONCESSÃO DE GARANTIAS POR PARTE DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	28
X.1 Documentos e Informações	28
X.2 Limites e Condições	28
X.3 Elevação do limite para concessão de garantias	29
XI. INSTRUÇÃO PARA SOLICITAR A CONCESSÃO DE GARANTIAS POR PARTE DA UNIÃO	30
XI.1 Condições	30
XI.2 Limites da garantia da União	31
XI.3 Documentos e informações complementares:	31
ANEXO A - DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43/2001	33
ANEXO B – LIMITES E CONDIÇÕES DE ENDIVIDAMENTO	35
Limites	35
Critério de Projeção da RCL	37
Condições	37
ANEXO C – ORIENTAÇÕES E MODELOS DE DOCUMENTOS	39
1. Instruções de caráter geral	39
2. Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL/Proposta Firme)	39
Modelo para operação de crédito interno Pedido de Verificação de Limites e Condições	41
Modelo para operação de crédito externo Pedido de Verificação de Limites e Condições	43
3. Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	46
4. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	46
5. Cronograma de liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação	47
Modelo de Cronograma de Liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação	49
6. Cronograma de Pagamento das Dívidas Contratadas e a Contratar	50
Modelo de Cronograma de pagamento das Dívidas Contratadas e a Contratar	51
7. Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo	52
Modelo de Estrutura do Parecer do Órgão Jurídico	53
8. Parecer do órgão técnico	58
Modelo de Estrutura do Parecer do órgão técnico	58
9. Declaração de não-reciprocidade (somente para ARO)	58
Modelo de Declaração de não-reciprocidade	59
10. Autorização específica do órgão legislativo	60
11. Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício em curso	60
12. Lei orçamentária do exercício em curso	60
Modelo de Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	62
13. Comprovação de inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação de crédito	63
14. Comprovação da adimplência financeira e do adimplemento de obrigações	63
Certidão emitida pela Secretaria responsável pela administração financeira do garantidor	65

Adimplemento de contratos firmados com a União	65
15. Obrigações de Transparência	66
Comprovação do encaminhamento de cópia das contas ao Poder Executivo da União e do Estado	66
Atualização do Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN	67
16. Orientações para análise e entrega de Certidão do Tribunal de Contas	67
ANEXO D – ORIENTAÇÕES E MODELOS DE DOCUMENTOS PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO	70
1. Instruções de caráter geral	70
2. Pedido de concessão de garantia da União	70
3. Parecer do órgão técnico	70
4. Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo	70
5. Indicação das contragarantias oferecidas na Lei autorizadora	71
6. Plano Plurianual	72
7. Lei Orçamentária Anual	72
8. Minuta dos instrumentos contratuais a serem negociados e formalizados	73
9. Certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente	73
ANEXO E - PUNIÇÕES PELA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	74
ANEXO F - RESUMO DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO MIP EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR (JUNHO DE 2009)	76

I. APRESENTAÇÃO

A contratação de Operações de Crédito, por Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes (inciso III, art. 2º LRF), subordina-se às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF ([Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#)) e às Resoluções nºs [40](#) e [43](#) do Senado Federal, de 20 e 21 de dezembro de 2001.

Este Manual regulamenta os procedimentos de instrução dos pedidos de análise dirigidos ao Ministério da Fazenda – MF (verificação de limites e condições). Pretende-se, assim, orientar os técnicos dos Entes pleiteantes no adequado fornecimento das informações necessárias para a análise da proposta.

O Manual discrimina, por tipo de operação de crédito e concessão de garantia, os procedimentos para contratação, as condições ou vedações aplicáveis, os limites de endividamento a que estão submetidos, bem como os documentos exigidos pelo Senado Federal e a sua forma de apresentação. São utilizados modelos de documentos previamente definidos ou instruções de caráter técnico. Adicionalmente, são fornecidas informações específicas acerca de exigências que não dependem exclusivamente do Ente pleiteante, mas que devem ser igualmente apresentadas.

A título de informação complementar, as punições de caráter pessoal, definidas em Lei, constam de anexo específico, o qual merece a devida atenção por parte dos gestores públicos, tendo em vista suas responsabilidades institucionais e pessoais.

As avaliações do Ministério da Fazenda e os procedimentos constantes deste Manual contribuem para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal especialmente no contexto da contratação de operações de crédito.

O aprimoramento contínuo do conteúdo e da forma deste Manual dependem de suas críticas e sugestões, que poderão ser dirigidas pelo e-mail institucional mip.stn@fazenda.gov.br

Deve-se ressaltar que nada substitui a responsabilidade individual do gestor público, cuja decisão de contratar envolve não somente os aspectos formais, mas, sobretudo, uma ótica permanente voltada à responsabilidade na gestão fiscal, em sentido amplo.

A LRF pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange, dentre outros itens, a operação de crédito.

II. ATRIBUIÇÕES

II.1 Do Ministério da Fazenda

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF atribuiu ao Ministério da Fazenda a **VERIFICAÇÃO dos limites e condições** para a contratação de operações de crédito (art. 32 da [LRF](#)).

O Senado Federal, por sua vez, através da Resolução nº 43/2001, delegou ao Ministério da Fazenda a **INSTRUÇÃO dos processos** sujeitos à **autorização** daquela Casa Legislativa.

Também é atribuição do Ministério da Fazenda nos termos §4º do art. 32 da LRF efetuar “o **registro eletrônico** centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão: I - encargos e condições de contratação; II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.”

Para fins do registro eletrônico, foi desenvolvido um Sistema Informatizado em cooperação com a Caixa Econômica Federal, o SISTN. As informações coletadas são disponibilizadas na Internet e atendem não somente ao propósito de capturar os dados relativos à dívida e às operações de crédito, mas também a outras obrigações de transparência dos Estados, Distrito Federal e Municípios. A forma de coleta foi regulamentada pela [Portaria STN nº 109, de 8 de março de 2002](#), e alterações.

As atribuições do Ministério da Fazenda, nos termos estabelecidos pelo art. 32 da LRF, são exercidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão integrante da sua estrutura administrativa.

Destaca-se que as análises do Ministério da Fazenda são eminentemente de CARÁTER VINCULADO, não comportando aspectos de conveniência e oportunidade nos itens de verificação, os quais se encontram normatizados, seja na própria Lei de Responsabilidade Fiscal, seja em Resoluções do Senado Federal ou em Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional. Adicionalmente, sempre que necessário, os aspectos relacionados à interpretação jurídica são submetidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), de maneira a consolidar interpretações que são aplicadas a todos os casos semelhantes.

II.2 Das Instituições Financeiras

O Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que, no caso de operações de crédito a serem contratadas com instituições financeiras, caberá a estas realizar o encaminhamento dos pleitos ao Ministério da Fazenda, realizando a verificação prévia dos documentos.

O procedimento acima descrito não é válido no caso de instituições financeiras estrangeiras, organismos internacionais ou instituições não financeiras, devendo, nesses casos, o pedido ser protocolado pelo próprio Ente.

Os procedimentos definidos pelo CMN envolvem, portanto, uma maior participação das instituições financeiras, que passam a acompanhar, desde as etapas iniciais, os aspectos que envolvem a contratação, sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 33, considerando, inclusive, os riscos inerentes à sua condição:

“Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com Ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.”

Por outro lado, as instituições financeiras ganham um papel relevante por sua oportunidade de orientar, de maneira mais direta, os Estados e Municípios em cada processo encaminhado, em alguns casos até mesmo por meio de suas gerências situadas na localidade.

Deve-se observar que todas as propostas de operação de crédito firmadas por instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional devem seguir as regras de concessão de crédito ao setor público ditadas pela [Resolução nº 2.827/2001, de 27/03/2001, do Conselho Monetário Nacional](#), e alterações. A garantia da disponibilidade de recursos frente às restrições da legislação somente poderá ser concedida pelo agente financeiro e, sobretudo, quando da assinatura da proposta firme entre as partes.

Para fins da instrução nos termos deste Manual, a proposta firme integra o “Pedido de Verificação de Limites e Condições”, devendo informar, inclusive, a data de sua validade (maiores informações no Anexo C, item 2).

Nesses termos, o art. 1º da [Resolução CMN nº 3.751/2009](#) estabelece:

“§ 1º Para fins do disposto no caput, as instituições autorizadas a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, CENTRALIZAR O RECEBIMENTO DE TODOS OS DOCUMENTOS necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Somente será emitida a proposta firme da operação de crédito se observados os seguintes requisitos:

I - a completa instrução documental do pleito na forma e abrangência regulamentadas pelo Ministério da Fazenda, de acordo com a competência conferida pela Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal; e

II - o enquadramento da operação pleiteada nos limites ou regras de contingenciamento do crédito ao setor público, conforme resoluções do Conselho Monetário Nacional.

§ 3º A instituição autorizada a operar com o setor público responsabilizar-se-á pelo encaminhamento, ao Ministério da Fazenda, do pedido de verificação de limites e condições para contratar a operação de crédito interno.”

Os documentos enviados diretamente pelo Ente poderão ser devolvidos ou encaminhados à respectiva instituição financeira pelo Ministério da Fazenda, sem análise prévia, para que sejam cumpridos os procedimentos prévios estabelecidos pelo CMN, conforme art. 2º da [Resolução CMN nº 3.751](#), de 30/06/2009:

“Art. 2º - Não terá validade a proposta firme emitida sem a verificação completa da instrução documental na forma do art. 1º devendo ser o pedido restituído à instituição financeira a fim de que seja novamente instruído.

Parágrafo único. A Secretaria do Tesouro Nacional informará ao Banco Central do Brasil a emissão de proposta firme em desacordo com os termos estabelecidos nesta Resolução.”

Adicionalmente, deve-se destacar que, tendo em vista a alteração introduzida pela [Resolução nº 29/2009, do Senado Federal](#), a verificação da adimplência dar-se-á no momento da formalização dos contratos. Assim, é de exclusiva responsabilidade do agente financeiro o acompanhamento das obrigações a que se referem o artigo 16 e inciso VIII do artigo 21 da [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#) (CADIP, INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União).

Considerando que a efetiva verificação ocorrerá, portanto, no momento da assinatura do contrato, não há mais a necessidade de verificação prévia desses requisitos por parte do Ministério da Fazenda. Logo, recomenda-se aos Entes federativos o acompanhamento das adimplências, de maneira a não restar pendências para a finalização do processo de contratação.

Por fim, em consonância com o que estabelece o artigo 33 da LRF, vale lembrar que a instituição financeira credora também se responsabiliza pela observância da Lei, devendo certificar-se de que, por ocasião da assinatura do contrato, o beneficiário da operação atende às

exigências previstas, sob pena de vir a arcar com a nulidade da operação de crédito e a devolução dos encargos incidentes.

II.3 Do Banco Central do Brasil

Também são relevantes as atribuições de fiscalização do Banco Central do Brasil no processo de contratação das operações crédito, particularmente aquelas firmadas com as instituições integrantes do Sistema financeiro Nacional.

Nos termos do que estabelece a [Lei nº 4.595/64](#), dentre outras, pode ser destacada a seguinte atribuição:

“Art. 9º - Compete ao Banco Central da República do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 10 - Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:

(...)

VI - Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas.

(...)

IX - Exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas.

(...)”

II.4 Do Órgão Jurídico dos Estados, Distrito Federal ou Municípios

É o órgão jurídico que atesta, no curso do processo de análise das operações de crédito, o estrito cumprimento da Legislação por parte do Ente contratante. Sua atribuição envolve o pleno conhecimento da legislação aplicável, de caráter geral ou específico para o respectivo estado ou município.

II.5 Do Órgão Técnico dos Estados, Distrito Federal ou Municípios

Dentre suas atribuições destaca-se a avaliação e informação de dados técnicos e objetivos relativos ao processo de contratação, sobretudo as características do investimento a ser realizado e informações sobre a execução orçamentária e financeira do Ente público. Suas informações são a base para uma série de projeções e análises sobre o cumprimento da legislação, inclusive de maneira a subsidiar o parecer jurídico.

II.6 Do Gestor dos Estados, Distrito Federal ou Municípios

O gestor é representado pelo titular do Ente público. É quem se responsabiliza pela decisão de contratar a operação de crédito, tendo em vista suas condições e finalidade, bem como assegura a correção e veracidade das informações mediante os documentos ou declarações constantes da própria legislação ou do Manual de Instrução de Pleitos.

II.7 Do Tribunal de Contas dos Estados, Distrito Federal ou Municípios

É o órgão de controle externo que detém a incumbência de acompanhar o cumprimento da Lei por parte dos Entes públicos sob sua supervisão. Compete a este exercer diversas atribuições necessárias para a contratação das operações de crédito, das quais a análise tempestiva dos balanços e prestações de contas anuais e a verificação do cumprimento dos diversos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É de sua responsabilidade a emissão de certidões exigidas pela Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

III. ATENDIMENTO AO PÚBLICO

São informados detalhadamente neste Manual os procedimentos para instrução dos pleitos. Tal fato reduz, em grande medida, a necessidade de contato direto das partes interessadas mediante consulta presencial ou ligações telefônicas, em busca, inclusive, de uma maior eficiência e agilidade no processo de análise pelo Ministério da Fazenda.

O **acompanhamento** do andamento das operações dar-se-á por meio da página www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf, na qual estão disponibilizadas as informações sobre a situação de cada processo. No mapa político do Brasil apresentado na página, selecionar o respectivo "Estado", "Consultar" e "Situação das Operações de crédito analisadas pela STN".

Adicionalmente, para facilitar a eventual **solução de dúvidas**, foi disponibilizado, no endereço http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/faq/faq_opcredito.asp, um conjunto de respostas às perguntas mais frequentes, as quais serão atualizadas na medida da necessidade.

Conforme definido pela [Resolução nº 3.751/2009](#), do Conselho Monetário Nacional, no caso de operações internas, cabe aos agentes financeiros a centralização e encaminhamento da documentação completa, nos termos deste Manual, à Secretaria do Tesouro Nacional/MF.

Deve-se destacar que, desde 2007, as Instituições Financeiras estão recebendo treinamento para auxiliar os Entes na instrução de pleitos e, desse modo, dúvidas adicionais devem ser, preferencialmente, direcionadas àquelas, inclusive por terem melhor condição de conferir atenção direta ao Estado ou ao Município.

Caso haja efetiva necessidade de comunicação direta com a STN, deverão ser observados alguns procedimentos específicos para cada via de consulta, descritos a seguir, esclarecendo ainda que as **regras de conduta dos servidores** da Secretaria do Tesouro Nacional em relação aos representantes do Ente solicitante são normatizadas e encontram-se descritas abaixo sob a ótica do público externo:

III.1 Comunicação via ofício

A principal forma de comunicação é mediante ofício. Os ofícios do Ministério da Fazenda poderão ser enviados, no caso de operações de crédito com entidades do Sistema Financeiro Nacional, ao endereço indicado pelo agente financeiro, para fins de centralização do trâmite. Nos demais casos, a correspondência será enviada ao próprio ente.

Os endereços abaixo são aqueles nos quais devem ser protocolados os pedidos iniciais para fins de abertura dos respectivos processos, eventuais documentos complementares ou outras correspondências:

ENDEREÇOS	ÁREA DE ATENDIMENTO
Curitiba Secretaria do Tesouro Nacional Gerência Técnica de Operações de Crédito em Curitiba Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico – Curitiba – PR CEP: 80.530-914 e-mail: stn.gtcur@bcb.gov.br	Somente Estados da Região Sul
Brasília Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da Fazenda Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Anexo do Ministério da Fazenda – Ala B – Térreo – Sala 22 CEP: 70.048-900 e-mail: mip.stn@fazenda.gov.br	Demais Estados e Distrito Federal

III.2 Consultas por telefone

Os pedidos de informações sobre o **andamento** de operações de crédito não devem ser atendidos por este meio, por terem se constatado ineficientes e elevarem o risco de insegurança no processo e, portanto, perda de agilidade institucional. Nesse sentido, para propiciar segurança ao atendimento, as ligações poderão ser gravadas.

Alternativamente, estão disponíveis por acesso eletrônico as informações sobre o estágio/andamento dos processos individualmente:

Andamento dos processos
www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf.

**No mapa apresentado, selecionar o "Estado", "Consultar"
e "Situação das Operações de crédito analisadas pela STN"**

Se o motivo da consulta for dúvidas na instrução das operações, é possível obter informações adicionais por meio de acesso ao endereço abaixo identificado:

Perguntas e Respostas Mais Frequentes
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/faq/faq_opcredito.asp.

III.3 Consultas por e-mail

Consultas por este canal, após verificação das Perguntas e Respostas mais Frequentes, deverão ser encaminhadas pelo endereço eletrônico institucional do Ente à STN ou à Gerência da STN em Curitiba. Este meio de comunicação não pode ser utilizado para instrução do processo.

e-mail institucional:
mip.stn@fazenda.gov.br

e-mail institucional da Gerência em Curitiba (apenas para a região Sul):
stn.gtc@bcb.gov.br

III.4 Consultas presenciais

Havendo efetiva necessidade de consulta presencial, a reunião deverá ser agendada com **antecedência mínima de 24 horas** por intermédio do endereço eletrônico institucional do Ente à STN: mip.stn@fazenda.gov.br.

O interessado deverá adiantar, em seu pedido de audiência, os pontos a serem tratados, sugestões de datas e horários a serem confirmados pela STN, bem como os nomes dos participantes também por mensagem eletrônica.

Os nomes dos participantes da reunião deverão ser informados, respeitando as indicações formais do Pedido de Verificação de Limites e Condições - Proposta Firme, não sendo admitida a participação de pessoas estranhas aos quadros do Ente.

Excepcionalmente, poderá ser admitida a participação de outras pessoas representantes, desde que sejam servidores do Ente, e com indicação formal do Chefe do Poder Executivo.

Para propiciar segurança ao processo, no interesse comum, **as reuniões serão gravadas em sistema de áudio e vídeo.**

III.5 Comunicação via fax

Não serão aceitas cópias de documentos transmitidos via fax destinados à instrução do processo de análise de operação de crédito.

IV. TIPOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito dos Entes públicos podem ser ([Lei nº 4.320, de 1964](#) e [Lei Complementar nº 101/2000](#)) de curto prazo (de até 12 meses), que integram a dívida flutuante, como as operações de ARO, e de médio ou longo prazo (acima de 12 meses), as quais compõem a dívida fundada ou dívida consolidada.

A operação de crédito de curto prazo enquadrada nos limites e condições estabelecidos pelo Senado Federal é a operação por **Antecipação de Receitas Orçamentárias**, conhecida como operação de **ARO**, destinada a atender eventuais insuficiências de caixa durante o exercício financeiro.

A operação de longo prazo destina-se a cobrir desequilíbrio orçamentário ou a financiar obras e serviços públicos, mediante contratos ou a emissão de títulos da dívida pública. A operação de longo prazo é dita **operação de crédito interno**, quando contratada com credores situados no País e **operação de crédito externo**, quando contratada com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras não pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional. As operações de **reestruturação e recomposição do principal de dívidas** têm enquadramento especial por significarem necessariamente a troca de dívida (efeito permutativo) com base em encargos **mais favoráveis** ao Ente.

O conceito de operação de crédito da Lei de Responsabilidade Fiscal é bastante amplo. Dessa maneira, há operações que eventualmente podem não ser caracterizadas como operações de crédito pelo sistema financeiro, mas se enquadram no conceito da LRF, devendo, portanto, ser objeto de verificação prévia pelo Ministério da Fazenda.

As operações de crédito tradicionais são aquelas relativas aos contratos de financiamento, empréstimo ou mútuo. A legislação englobou no mesmo conceito as operações “assemelhadas”, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações de derivativos financeiros. Incluem-se também nessas categorias operações realizadas com instituição não financeira.

Adicionalmente, há operações que, apesar de não se constituírem operações de crédito em sentido estrito, foram equiparadas a estas por força da Lei, por representarem compromissos financeiros e que foram considerados relevantes pelo legislador. As operações equivalentes a operação de crédito por equiparação são: a) a assunção de dívidas; b) o reconhecimento ou a confissão de dívidas. Os contratos de reconhecimento e confissão de dívidas normalmente envolvem o parcelamento ou postergação das obrigações objeto da repactuação.

Neste Manual, será dada ênfase aos seguintes pleitos:

- a) Operação de crédito interno;
- b) Operação de crédito externo;
- c) Operação de reestruturação e recomposição do principal de dívidas;
- d) Antecipação de Receita Orçamentária (ARO);
- e) Concessão de garantia pelos Estados; e
- f) Concessão de garantia pela União.

A modalidade de emissão de títulos não foi discriminada neste manual tendo em vista o art. 11 da Resolução nº 43, de 2001, o qual determina que, até 31 de dezembro de 2020, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios somente poderão emitir títulos da dívida pública no montante necessário ao refinanciamento do principal devidamente atualizado de suas obrigações, representadas por essa espécie de títulos.

A **Concessão de Garantia** não é considerada operação de crédito, conforme [inciso IV do art. 29 da LRF](#), mas está igualmente sujeita à verificação prévia de seus limites e condições de realização. É obrigação de natureza contingente, definida como “compromisso de adimplência de

obrigação financeira ou contratual assumida por Ente da Federação ou entidade a ele vinculada". Trata-se de garantia a obrigação de terceiros. A garantia, real ou fidejussória, de obrigação própria do Ente, portanto, não se enquadra neste conceito.

V. INSTRUÇÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO

Inicialmente, o Estado, o Distrito Federal ou o Município deve entrar em contato com a instituição financeira, agência de fomento ou outras instituições de crédito, a fim de negociar as condições da operação pretendida, observando os limites e condições previstos na legislação em vigor.

Definidas as condições da operação, a instituição financeira escolhida adotará as providências cabíveis relativas ao regulamento do crédito ao setor público ([Resolução nº 2.827/2001](#) e alterações), estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e operacionalizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), na qualidade de entidade executiva do CMN.

Essas providências não serão necessárias quando a operação de crédito não envolver instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional. É o caso de uma operação de crédito externo ou interno cujo credor não seja uma instituição financeira (instituição não financeira).

Atendidas todas as condições relativas ao regulamento do crédito ao setor público, os documentos necessários à análise do pleito serão encaminhados, por intermédio da própria instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central, à STN.

No caso de operações de crédito interno com entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (instituições não financeiras), os pleitos poderão ser protocolados diretamente na STN pelo respectivo Ente.

Os Entes que já acompanham a observância de seus órgãos quanto aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal não terão dificuldades para a instrução do processo. É recomendável que seja delegada atribuição a uma unidade administrativa do Ente para efetuar esse acompanhamento de forma permanente.

O atendimento dos requisitos prévios para a realização de operações de crédito significa, em outros termos, o cumprimento regular da Lei de Responsabilidade Fiscal

A STN manifesta-se no prazo de até dez dias úteis, após análise dos itens necessários. A análise é realizada conforme a ordem cronológica de protocolo do pleito ou das informações complementares, conforme sejam, alternativamente, de Estados incluindo o Distrito Federal, ou de municípios. Ressalte-se que o prazo para início da análise está sujeito à quantidade de operações protocoladas no período, aspecto sobre o qual não há perfeita previsibilidade. O prazo final dependerá, portanto, dessas variáveis.

Se a documentação examinada não estiver completa, a STN solicitará à instituição financeira ou ao Ente interessado (nos casos de operações externas ou com instituição não-financeira) os documentos complementares, sendo então concedido prazo de até sessenta dias corridos. Nos termos do art. 6º, §2º, da [Portaria STN nº 396/2009](#), ao findar esse prazo e não houver resposta às solicitações, o pleito poderá ser arquivado (art. 6º, inciso III, da [Portaria STN nº 396/2009](#)). Persistindo o interesse das partes na verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, bastará ser solicitada a prorrogação do prazo, devendo ser observado se as regras de contingenciamento de crédito do setor público continuam aplicáveis ao pleito. É importante lembrar a necessidade de rápido atendimento das informações complementares, pois muitos dos documentos têm validade limitada, devendo ser necessárias novas complementações.

A [Resolução CMN nº 3.751/2009](#), definiu procedimentos de salvaguarda às instituições financeiras em relação ao disposto no art. 33 da LRF, bem como procedimentos para exigir comprovação de cumprimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito. A **instituição financeira integrante do sistema financeiro nacional** deverá centralizar o

recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em resoluções do Senado Federal e na LRF, conforme disposto no art. 1º, § 1º da citada resolução. Após essa verificação, a instituição financeira se responsabilizará pelo encaminhamento, ao Ministério da Fazenda/STN, do pedido de verificação de limites e condições para contratar a operação de crédito interno, bem como dos documentos constantes deste Manual (art. 1º, § 3º da [Resolução CMN nº 3.751/2009](#)).

Conforme estabelecido no art. 2º da citada Resolução, proposta firme emitida sem a verificação completa da instrução documental na forma do art. 1º não terá validade, devendo o pedido ser restituído à instituição financeira a fim de que seja novamente instruído. Adicionalmente, a STN informará ao Banco Central do Brasil a emissão de proposta firme em desacordo com os termos estabelecidos na Resolução, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º.

Dessa forma, para efeito de cumprimento desse artigo, a STN fará uma pré-análise dos documentos encaminhados pela instituição financeira, sendo necessária a seguinte documentação, para a abertura de processo:

Lista de Verificação

- 1) Pedido de Verificação de Limites e Condições, juntamente com o Termo de Habilitação ou Protocolo de Intenções, conforme o caso;
- 2) Cronograma Financeiro da operação;
- 3) Autorização específica do órgão legislativo;
- 4) Parecer do órgão técnico;
- 5) Parecer do órgão jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo com protocolo do Tribunal de Contas competente;
- 6) Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício em curso;
- 7) Lei Orçamentária do exercício em curso;
- 8) Anexo 1 da Lei nº 4.320/64;
- 9) Comprovação de inclusão no orçamento dos recursos da operação;
- 10) Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União;
- 11) No caso de Municípios, comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do respectivo Estado;
- 12) Certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente;
- 13) Cronograma de Liberação das operações de dívida fundada;
- 14) Cronograma de Pagamento das dívidas contratadas e a contratar; e
- 15) Atualização do SISTN – Sistema de Coleta de Dados Contábeis, no sítio da Caixa Econômica Federal (as declarações dos dois anos anteriores, mais o ano em curso, deverão estar homologadas).

Se algum dos documentos ou informações não forem encaminhados conforme o Anexo C, o pedido poderá ser devolvido à instituição financeira, em cumprimento ao disposto no art. 2º da [Resolução CMN nº 3.751/2009](#). É importante ressaltar que os documentos devem estar válidos na data de protocolo dos mesmos na STN.

V.1 Documentos e Informações

Os documentos e informações necessários à instrução de pleitos para contratar operações de crédito interno estão previstos na [Lei Complementar nº 101, de 2000](#), e na [Resolução nº 43, de 2001](#), do Senado Federal. **Consulte os modelos e orientações deste Manual para cada um dos documentos no Anexo C.**

Cabe ressaltar que documentos adicionais, não previstos na legislação antes citada, eventualmente considerados necessários à análise dos pleitos, poderão ser solicitados pela STN, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 25 da [Resolução nº 43/2001-SF](#). Poderá também a instituição financeira, à época da contratação, solicitar documentos ou informações adicionais que lhe dê conforto para a assinatura dos contratos.

Cabe ressaltar ainda que, tendo em vista as alterações introduzidas pela [Resolução nº 29/2009, do Senado Federal](#), é de exclusiva responsabilidade do agente financeiro ou do contratante a comprovação das adimplências a que se referem o artigo 16 e o inciso VIII (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) do artigo 21 da [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#), não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN. Recomenda-se aos Entes e instituições contratantes o constante acompanhamento dos aspectos caracterizados no **Anexo C item 14 - Comprovação da adimplência financeira e do adimplemento de obrigações**.

Em virtude da dinâmica do processo, este Manual atualiza procedimentos e formulários de encaminhamento de informações, conforme previsto no art. 1º, parágrafo único [da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#). Dessa forma, na ocasião do envio de pleito a esta Secretaria, o interessado deverá consultar o sítio da STN (no endereço abaixo) para verificação da existência de versão mais atualizada deste Manual.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.pdf>

V.2 Limites e Condições

Para a realização das operações de crédito interno deverão ser atendidos os limites e as condições, **cujos limites, forma de cálculo dos limites e condições encontram-se detalhados no ANEXO B**.

V.2.1 Exceções aos limites de endividamento

As operações de crédito abaixo listadas têm tratamento excepcional (exceção) em relação aos limites de endividamento:

- a) Contratadas pelos Estados e pelos Municípios com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal;
- b) Contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

V.2.1.1 Operações de PMAT e PNAFM

Essas operações são contratadas pelos Municípios com o BNDES, com o Banco do Brasil ou com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), no caso de PMAT, ou com a CAIXA, no caso de PNAFM, e destinam-se a financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos municípios.

Os pleitos relativos às operações de crédito ao amparo das Resoluções nº 47, de 2000 e nº 17, de 2001, ambas do Senado Federal, seguem, praticamente, os mesmos trâmites e estão sujeitas às mesmas vedações das operações de crédito interno. A principal particularidade é que tais operações estão excepcionadas dos limites de endividamento estabelecidos no art. 7º da [Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal](#), e, portanto, não necessitam ser instruídas com o documento relacionado no item 14 da Lista de Verificação. Significa dizer que, mesmo não havendo margens disponíveis em algum dos limites, as operações poderão ser contratadas.

Deve-se lembrar que, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão os seus impactos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Cabe esclarecer que documentos não previstos no § 3º do art. 21 da [Resolução nº 43, de 2001](#), do Senado Federal, estão sendo solicitados com vistas a cumprir exigências específicas da

[Lei Complementar nº 101, de 2000](#), e/ou da Constituição Federal, como é o caso dos pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos e verificação da regra de ouro.

V.2.1.2 Operações de RELUZ

Quanto ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz ([Lei nº 9.991, de 24/7/2000](#)), a única distinção diz respeito aos limites de endividamento, que também estão excepcionados, conforme determinado pelo art. 2º da [Resolução nº 19/2003](#), do Senado Federal. Assim, não necessitam ser instruídas com o documento relacionado no item 14 da Lista de Verificação. Eventual insuficiência de margens de endividamento não impede a contratação destas operações.

As operações no âmbito do Reluz, que tenham sido contratadas até a data da sua publicação (**6/11/2003**), sem autorização prévia do Ministério da Fazenda, devem ser apenas comunicadas pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, informando sobre a existência da operação, seu valor, prazos e demais condições contratuais (art. 3º da [Resolução nº 19/2003-SF, de 5/11/2003](#)). Por sua vez, a contratação de operação após a publicação dessa Resolução está sujeita à análise prévia do Ministério da Fazenda. Registre-se ainda que, na hipótese de operação de crédito contratada após 6/11/2003, porém sem a autorização prévia do Ministério da Fazenda, é necessária a sua regularização para a realização de nova operação de crédito, nos termos do § 4º do art. 24 da [Resolução nº 43/2001-SF](#), incluído pela Resolução nº 19/2003-SF, sendo necessário também o encaminhamento das cópias dos contratos e possíveis aditivos, devidamente assinados e datados.

VI. INSTRUÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS

Todas as operações de crédito, seja com instituição financeira ou não-financeira, contratadas sem o prévio conhecimento do Ministério da Fazenda são consideradas irregulares. Contudo, as operações de crédito internas firmadas com instituições não financeiras podem ser regularizadas caso não tenham seguido todo o trâmite necessário de análise.

A STN vem, repetidamente, identificando a existência desse tipo de operação, em sua maioria, referente a parcelamentos de débitos pré-existentes junto a instituições não-financeiras (companhias fornecedoras de energia elétrica, água, etc.)

A Resolução nº 19/2003, que modificou a Resolução nº 43/2001, ambas do Senado Federal, prevê:

“§ 4º Em se constatando a existência de operação de crédito contratada junto a instituição não-financeira dentro dos limites e condições estabelecidos por esta Resolução, porém sem autorização prévia do Senado Federal ou do Ministério da Fazenda, a realização de nova operação de crédito pelo Estado, pelo Distrito Federal, ou pelo Município fica condicionada à regularização da operação pendente de autorização.

§ 5º A solicitação da regularização a que se refere o § 4º deve ser encaminhada ao Ministério da Fazenda, aplicando-se nesse caso as mesmas exigências feitas por esta Resolução aos pleitos regulares.

§ 6º A verificação dos limites e condições das operações em processo de regularização a que se refere o § 4º terá como data de referência aquela em que for protocolado o pedido de regularização.

§ 7º A conclusão do processo de regularização de que tratam os §§ 4º e 6º será encaminhada pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local e ao Tribunal de Contas a que estiver jurisdicionado o pleiteante.” (NR)

Portanto, a realização de nova operação de crédito fica condicionada à regularização da operação contratada irregularmente. Além disso, o Ministério da Fazenda informará ao Poder Legislativo local e ao Tribunal de Contas a que estiver jurisdicionado o pleiteante a regularização da operação para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Caso o parcelamento já esteja quitado, não é necessário o encaminhamento dos documentos constantes da lista de verificação, mas, tão somente, termo de quitação da dívida assinado pelo representante da instituição não financeira, nos termos do Parecer - PGFN/CAF/Nº 1.252/2006.

As eventuais operações de crédito realizadas com **instituições financeiras**, sem a manifestação do Ministério da Fazenda quanto à verificação dos limites e condições, ou autorização do Senado Federal, não podem se beneficiar da possibilidade de regularização, ficando sujeitas ao seu cancelamento nos termos do art. 33 da LRF.

VI.1 Documentos e Informações

Os documentos e informações necessários à instrução de pleitos para regularização de operações de crédito com instituições não financeiras estão previstos na [Resolução nº 43, de 2001](#), do Senado Federal. **Consulte os modelos e orientações deste Manual para cada um dos documentos no Anexo C.**

Ressalte-se que, os pedidos de regularização de operação devem ser instruídos observando-se os seguintes aspectos particulares:

- O Pedido de Verificação de Limites deve ser assinado apenas pelo Chefe do Poder Executivo, informando o valor inicialmente parcelado e o valor a ser regularizado (restante a pagar na data do pedido).
- Deverá ser encaminhado o contrato que firmou o parcelamento, bem como possíveis alterações.
- O cronograma financeiro da operação deve refletir a amortização e encargos da dívida restante.
- Não se aplica a comprovação de inclusão dos recursos da operação no orçamento vigente.
- O Parecer do órgão jurídico e declaração do Chefe do Poder Executivo devem referir-se à regularização da operação.
- O Parecer do órgão técnico deve atestar a relação custo-benefício e o interesse econômico-social do parcelamento em questão.

Cabe ressaltar que documentos adicionais, não previstos na legislação antes citada, eventualmente considerados necessários à análise dos pleitos, poderão ser solicitados pela STN, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 25 da [Resolução nº 43/2001-SF](#). Poderá também a instituição financeira, à época da contratação, solicitar documentos ou informações adicionais que lhe dê conforto para a assinatura dos contratos.

Em virtude da dinâmica do processo, este Manual atualiza procedimentos e formulários de encaminhamento de informações, conforme previsto no art. 1º, parágrafo único [da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#). Dessa forma, na ocasião do envio de pleito a esta Secretaria, o interessado deverá consultar o sítio da STN (no endereço abaixo) para verificação da existência de versão mais atualizada deste Manual.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.pdf>

VI.2 Limites e Condições

Para a realização das operações de crédito interno deverão ser atendidos os limites e as condições, **cujos limites, forma de cálculo dos limites e condições encontram-se detalhados no Anexo B.**

VII. INSTRUÇÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO

As operações de crédito externo seguem, em parte, os mesmos trâmites das operações de crédito interno. Por não envolverem instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, não necessitam observar as regras de crédito ao setor público do Conselho Monetário Nacional (CMN). Contudo, é requerida a Recomendação prévia da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que tem por finalidade avaliar e selecionar projetos ou programas de interesse do setor público, financiados por operações de crédito externo com entidades credoras do exterior. Os procedimentos para obter a Recomendação da COFIEX encontram-se na página da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento.

A contratação está sujeita à **autorização** específica **do Senado Federal** (art. 28 da [Resolução nº 43/2001-SF](#)). Conforme já relatado, é atribuição do Ministério da Fazenda a instrução do processo de autorização, que será encaminhado diretamente, após análise, ao Senado Federal.

Caso haja a constatação de que a documentação recebida não é suficiente para a sua análise, a Secretaria do Tesouro Nacional solicitará a complementação dos documentos e informações, fluindo prazo de até 60 (sessenta) dias corridos. Expirado o prazo estabelecido, não havendo comunicação oficial do Ente, o pedido ao Senado Federal de autorização de operação de crédito externo poderá ser arquivado mediante comunicação, juntamente com o pedido de concessão de garantia da União, quando for o caso. Persistindo o interesse das partes na verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, bastará ser solicitada a prorrogação do prazo. É importante lembrar a necessidade de rápido atendimento das informações complementares, pois muitos dos documentos têm validade limitada, devendo ser necessárias novas complementações.

Em operações de crédito externo, normalmente, o credor exige garantia da União. Quando isso ocorre, a operação estará sujeita à análise da concessão de garantias da União, nos termos e condições definidos na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal. Para tanto, deve observar as instruções específicas para solicitar a concessão de garantias por parte da União neste Manual.

Cabe destacar que, para a realização da operação de crédito externo é necessário o registro prévio do capital estrangeiro a ser ingressado no país junto ao Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio - DECEC, do BACEN, antes de sua tramitação final na STN. Há providências a serem tomadas não só por parte do Ente público pleiteante ao crédito como também por parte da instituição financeira nacional que intermediará o registro no SISBACEN - registro de operações financeiras (ROF).

Além do registro e credenciamento do Banco Central, deverá ser encaminhada ao Senado Federal cópia dos contratos traduzidos para a língua portuguesa (tradução juramentada).

Os contratos relativos a operações de crédito externo não podem conter qualquer cláusula:

- a) De natureza política;
- b) Atentatória à soberania nacional e à ordem pública;
- c) Contrária à Constituição e às leis brasileiras; e
- d) Que implique compensação automática de débitos e créditos.

VII.1 Documentos e Informações

Os documentos necessários para análise das operações de crédito externo são basicamente os mesmos especificados para as operações de crédito interno. A diferença diz respeito, sobretudo, ao modelo do pedido de Verificação dos Limites e Condições, em razão de características específicas e do cronograma de liberação e reembolso da operação, que deve ser

apresentado tanto na moeda do empréstimo quanto em reais. Recomenda-se que o Pedido do Chefe do Poder Executivo venha acompanhado de proposta firme original da instituição financeira. Os pleitos de operação de crédito externo deverão dar entrada na STN em Brasília. **Consulte os modelos e orientações deste Manual para cada um dos documentos no Anexo C.**

Nos termos do art. 40 da LRF, no caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a Ente que atenda as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

Cabe ressaltar que documentos adicionais, não previstos na legislação antes citada, eventualmente considerados necessários à análise dos pleitos, poderão ser solicitados pela STN, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 25 da [Resolução nº 43/2001-SF](#).

Cabe ressaltar ainda que, tendo em vista as alterações introduzidas pela [Resolução nº 29/2009, do Senado Federal](#), é de exclusiva responsabilidade do agente financeiro ou contratante a comprovação das adimplências a que se referem o artigo 16 e o inciso VIII (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) do artigo 21 da [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#), não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN. Contudo, recomenda-se a observância dos aspectos caracterizados no **Anexo C item 14 - Comprovação da adimplência financeira e do adimplemento de obrigações.**

Em virtude da dinâmica do processo, este Manual atualiza procedimentos e formulários de encaminhamento de informações, conforme previsto no art. 1º, parágrafo único [da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#). Dessa forma, na ocasião do envio de pleito a esta Secretaria, o interessado deverá consultar o sítio da STN (no endereço abaixo) para verificação da existência de versão mais atualizada deste Manual.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.pdf>

VII.2 Limites e Condições

Para a realização das operações de **crédito externo** deverão ser atendidos os mesmos limites e condições estabelecidos para as operações de crédito interno, **cujos limites, forma de cálculo dos limites e condições encontram-se detalhados no ANEXO B.**

VIII. INSTRUÇÃO PARA OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DO PRINCIPAL DE DÍVIDAS

As operações de “reestruturação e recomposição do principal de dívidas” estão referidas no art. 7º, parágrafo 7º da [Resolução nº. 43, de 2001, do Senado Federal](#), para fins de tratamento de excepcionalidade nos limites de endividamento. São consideradas operações de crédito pela LRF e pelo Senado Federal. Nesta condição, seguem, praticamente, os mesmos trâmites das operações de crédito interno ou externo, conforme o caso. Porém, as operações enquadradas neste conceito podem usufruir de exceção no que tange ao cumprimento dos limites de endividamento do art. 7º daquela Resolução.

O seu enquadramento, contudo, depende de uma série de avaliações sobre os efeitos da operação no endividamento do Ente. Deve se constituir necessariamente **troca de dívida**, ou seja, não deve afetar o endividamento já constituído. Deve, ainda, substituir obrigação mais cara por obrigação a custo e condições mais favoráveis, sem o quê não poderia valer-se da exceção quanto aos limites de endividamento. A interpretação, amparada em pronunciamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, apóia-se nos princípios gerais da Lei de Responsabilidade Fiscal e na competência do Senado Federal no que tange à limitação do endividamento público.

Para que a operação de reestruturação de dívida seja enquadrada na exceção do art. 7º, § 7º da [RSF nº 43/2001](#), é necessário que o pleito atenda os seguintes pré-requisitos, **caso contrário será enquadrado como operação de crédito regular, sem qualquer exceção**:

- a) Inexistência de novos recursos: o Ente deve utilizar todos os recursos recebidos da reestruturação para abater e/ou quitar dívidas existentes, ou seja, a proposta apresentada deverá trazer claramente esse dispositivo;
- b) Valor presente (VP) da dívida reestruturada menor ou igual ao valor presente da dívida anterior e níveis prudentes de risco assumidos com a nova operação: esse quesito assegura que a reestruturação representa um alívio fiscal em relação à situação atual. A análise financeira da operação seria complementada pelo estudo comparativo da taxa interna de retorno de cada dívida reestruturada em relação à nova dívida;
- c) Reestruturação de principal de dívida: a operação de reestruturação deve indicar claramente que se destina ao pagamento de principal de dívida, sendo vedada a utilização da exceção para o financiamento de fluxo de dívida; e
- d) Ausência total de carência ou, em caráter excepcional, esquema de pagamento customizado (sob medida) com o propósito de melhorar o perfil da dívida, o que deve ser evidenciado.

VIII.1 Documentos e Informações específicos

Os documentos e informações necessários para análise das operações de reestruturação de dívida são basicamente os mesmos especificados para as operações de crédito interno ou externo (Ver Anexo A).

Além da documentação especificada, são necessárias informações adicionais, conforme previsto no art. 2º, § 3º da [Portaria STN nº 396](#), de 2 de julho de 2009. Cabe ressaltar que poderão ser solicitadas outras informações sobre a operação, objetivando avaliar o atendimento dos requisitos mínimos estabelecidos na [Resolução nº 43/2001-SF](#).

Pedido do Chefe do Poder Executivo: informar as condições financeiras da operação de acordo com as condições estabelecidas ou negociadas com o Banco; de preferência apresentar proposta firme ou o formulário do próprio banco com as opções definitivas, de maneira a propiciar análise conclusiva de custo e risco para fins de enquadramento no parágrafo 7º do art. 7º da [Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal](#). O pedido deverá guardar coerência com a Lei

Autorizadora, ou seja, os valores deverão ser expressos na mesma moeda, bem como com o Cronograma Financeiro da Operação.

Enviar minutas contratuais da operação pleiteada.

Informar as datas de pagamento das dívidas e as condições do pré-pagamento acordadas com os respectivos credores das obrigações originais (pagamento pelo valor de face, valor econômico ou outro).

Cabe ressaltar que documentos adicionais, não previstos na legislação antes citada, eventualmente considerados necessários à análise dos pleitos, poderão ser solicitados pela STN, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 25 da [Resolução nº 43/2001-SF](#).

Cabe ressaltar ainda que, tendo em vista as alterações introduzidas pela [Resolução nº 29/2009, do Senado Federal](#), é de exclusiva responsabilidade do agente financeiro ou contratante a comprovação das adimplências a que se referem o artigo 16 e o inciso VIII (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) do artigo 21 da [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#), não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN. Contudo, recomenda-se a observância dos aspectos caracterizados no **Anexo C item 14 - Comprovação da adimplência financeira e do adimplemento de obrigações**.

Em virtude da dinâmica do processo, este Manual atualiza procedimentos e formulários de encaminhamento de informações, conforme previsto no art. 1º, parágrafo único da [Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#). Dessa forma, na ocasião do envio de pleito a esta Secretaria, o interessado deverá consultar o sítio da STN (no endereço abaixo) para verificação da existência de versão mais atualizada deste Manual.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.pdf>

VIII.2 Limites e Condições

Sujeitam-se às mesmas condições ou vedações das operações de crédito interno ou externo. (Ver Anexo B)

Desde que atendidos os pré-requisitos para enquadramento, as operações nesta modalidade gozam de exceção quanto à aplicação dos limites de endividamento previstos no art. 7º da [Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal](#).

Deve-se observar, contudo, a aplicação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal, nos termos do art. 6º da [Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal](#).

Caso não atendam os pré-requisitos, eventual operação que se pretenda seja enquadrada como reestruturação de dívidas deverá ser tratada como operação de crédito regular, ou seja, sujeita aos limites de endividamento do art. 7º da [Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal](#).

IX. INSTRUÇÃO PARA OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA (ARO)

Inicialmente, o Estado, o Distrito Federal ou o Município deve contatar a instituição financeira a fim de negociar as condições da operação de crédito pretendida (proposta firme), observados os limites e condições previstos na legislação em vigor.

Definidas as condições da operação, a instituição financeira escolhida adotará as providências cabíveis relativas ao contingenciamento do crédito ao setor público, estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e operacionalizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), na condição de entidade executiva do CMN.

Atendidas todas as condições relativas ao contingenciamento do crédito ao setor público, o BACEN comunicará à instituição financeira a aprovação do protocolo de intenções. Somente após a aprovação do protocolo de intenções, a Instituição Financeira encaminhará, conforme a área de abrangência, a uma das Gerências (Brasília ou Curitiba) da STN, indicadas na relação constante da página 5 deste Manual, toda a documentação necessária à análise do pleito.

De acordo com resolução do Senado Federal, a STN possui um prazo de até dez dias úteis para se pronunciar, após análise dos itens necessários ([inciso II do art. 31 da Resolução nº 43, de 2001](#), do Senado Federal e art. 6º, inciso I, da [Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#)). A meta da STN é realizar a análise em período inferior àquele definido. Porém, o prazo para a conclusão a partir da data de protocolo está sujeito à quantidade de operações protocoladas no período, aspecto sobre qual não há perfeita previsibilidade. A análise é realizada conforme a ordem cronológica de protocolo do pleito ou das informações complementares, conforme sejam, alternativamente, de Estados (incluindo o Distrito Federal), ou de Municípios. O prazo final dependerá, portanto, dessas variáveis.

Dentro desse prazo, se a documentação examinada não estiver completa e/ou correta, a STN solicitará à instituição financeira ou ao Ente interessado (nos casos de operações externas ou com instituição não-financeira) os documentos complementares, sendo então concedido prazo de até sessenta dias corridos. Nos termos do art. 6º, §2º, da [Portaria STN nº 396/2009](#), ao findar esse prazo e não houver resposta às solicitações, o pleito poderá ser arquivado (art. 6º, inciso III, da [Portaria STN nº 396/2009](#)). Persistindo o interesse das partes na verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, bastará ser solicitada a prorrogação do prazo. É importante lembrar a necessidade de rápido atendimento das informações complementares, pois muitos dos documentos têm validade limitada, devendo ser necessárias novas complementações.

A [Resolução CMN nº 3.751/2009](#), definiu procedimentos de salvaguarda às instituições financeiras em relação ao disposto no art. 33 da LRF, bem como procedimentos para exigir comprovação de cumprimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito. A instituição financeira deverá centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em resoluções do Senado Federal e na LRF, conforme disposto no art. 1º, § 1º da citada resolução. Após essa verificação, a instituição financeira se responsabilizará pelo encaminhamento, ao Ministério da Fazenda/STN, do pedido de verificação de limites e condições para contratar a operação de crédito interno, bem como dos documentos constantes deste Manual (art. 1º, § 3º da [Resolução CMN nº 3.751/2009](#)).

Conforme estabelecido no art. 2º da citada Resolução, proposta firme emitida sem a verificação completa da instrução documental na forma do art. 1º não terá validade, devendo o pedido ser restituído à instituição financeira a fim de que seja novamente instruído. Adicionalmente, a STN informará ao Banco Central do Brasil a emissão de proposta firme em desacordo com os termos estabelecidos na Resolução, conforme disposto no parágrafo único do mesmo art. 2º.

Se algum dos documentos ou informações não for encaminhado a contento, o pedido será devolvido à instituição financeira, em cumprimento ao disposto no art. 2º da [Resolução CMN nº 3.751/2009](#).

É importante ressaltar que os documentos devem estar válidos na data de protocolo dos mesmos na STN.

No caso do atendimento das exigências dos normativos acima citados, a STN solicitará ao BACEN que promova a realização do leilão da taxa de juros da operação (§ 1º do art. 37 [da Resolução nº 43/2001-SF](#)).

Por intermédio do leilão, será dado conhecimento da proposta firme a todo o sistema financeiro sendo permitido, a qualquer instituição financeira, inclusive àquela que enviou a referida proposta, oferecer a mesma operação com juros inferiores.

As normas específicas para realização do leilão serão divulgadas pelo BACEN.

Após a divulgação do resultado do leilão e antes da contratação da operação, a instituição financeira vencedora deverá encaminhar ao BACEN declaração (Anexo C – Declaração de não reciprocidade) assinada pelo representante legal da instituição financeira e pelo Chefe do Poder Executivo, de que não há qualquer reciprocidade ou condição especial que represente custo adicional ao expresso pela taxa de juros da operação (§ 6º do art. 37 da [Resolução nº 43/2001-SF](#)).

A instituição financeira vencedora do leilão deverá contratar a operação no prazo de até cinco dias úteis do resultado do leilão, comunicando ao BACEN. Não havendo comunicação neste prazo, o BACEN determinará o cancelamento do leilão. Se após o cancelamento do leilão houver interesse do município em retomar a operação, deverá haver nova solicitação de instituição financeira ao BACEN (observar as regras específicas sobre leilão vigentes à época da contratação).

IX.1 Documentos e Informações

Os documentos e informações necessários à instrução de pleitos para contratar operações por ARO estão previstos na [Lei Complementar nº 101, de 2000](#), e na [Resolução nº 43, de 2001](#), do Senado Federal. **Consulte os modelos e orientações deste Manual para cada um dos documentos no Anexo C.**

Cabe ressaltar que documentos adicionais, não previstos na legislação antes citada, eventualmente considerados necessários à análise dos pleitos, poderão ser solicitados pela STN, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 25 da [Resolução nº 43/2001-SF](#). Poderá também a instituição financeira, à época da contratação, solicitar documentos ou informações adicionais que lhe dê conforto para a assinatura dos contratos.

Cabe ressaltar ainda que, tendo em vista as alterações introduzidas pela [Resolução nº 29/2009, do Senado Federal](#), é de exclusiva responsabilidade do agente financeiro ou contratante a comprovação das adimplências a que se referem o artigo 16 e o inciso VIII (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) do artigo 21 da [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#), não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN. Contudo, recomenda-se a observância dos aspectos caracterizados no **Anexo C item 14 - Comprovação da adimplência financeira e do adimplemento de obrigações**.

Em virtude da dinâmica do processo, este Manual atualiza procedimentos e formulários de encaminhamento de informações, conforme previsto no art. 1º, parágrafo único [da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#). Dessa forma, na ocasião do envio de pleito a esta Secretaria, o interessado deverá consultar o sítio da STN (no endereço abaixo) para verificação da existência de versão mais atualizada deste Manual.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.pdf>

IX.2 Limites e Condições

Para a realização das operações de antecipação de receita orçamentária (ARO) deverão ser atendidos os limites, as condições, **cujos limites, forma de cálculo dos limites e condições encontram-se detalhados no Anexo B.**

X. INSTRUÇÃO PARA CONCESSÃO DE GARANTIAS POR PARTE DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

A Resolução [nº 43/2001, do Senado Federal](#), dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **inclusive concessão de garantias**, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

A Concessão de Garantia é definida como compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por Ente da Federação ou entidade a ele vinculada, não configurando operação de crédito, nos termos do inciso IV do artigo 29 da LRF.

O pedido ao Ministério da Fazenda para verificação dos limites e condições origina-se de solicitação de garantia formulado ao Ente para que este se responsabilize por pagamentos de obrigações de terceiros em caso de inadimplência. A garantia pode assumir diversas formas, seja a forma de garantia fidejussória ou garantia real de bens públicos.

X.1 Documentos e Informações

Os pleitos relativos à concessão de garantias serão instruídos apenas com os documentos especificados nos itens abaixo (Ver Anexo C – Orientação e Modelos de Documentos):

- a) Pedido de Verificação de Limites e Condições;
- b) Autorização específica do órgão legislativo;
- c) Demonstrativo da receita corrente líquida. **(Não é necessário o envio desse demonstrativo, pois será utilizado o último RREO exigível homologado no SISTN)**
- d) Relação das garantias prestadas a operações de crédito, contendo informações sobre valor da garantia, data da contratação e vencimento, identificação do mutuário e instituição financeira contratantes. Informar também sobre as garantias autorizadas e ainda não contratadas e as em tramitação na STN.
- e) Documento, original ou cópia autenticada, que comprove o oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de quaisquer desembolsos que o garantidor possa vir a fazer, se chamado a honrar a garantia; e
- f) Certidão emitida pelo Tribunal de Contas a que esteja jurisdicionado o garantidor, ou, alternativamente, declaração fornecida pelo Estado, Distrito Federal ou Município que estiver concedendo a garantia, diretamente ou por meio do agente financeiro que estiver operacionalizando a concessão da garantia, comprovando a adimplência do tomador relativamente a suas obrigações para com o garantidor e para com as entidades por ele controladas, nos termos do § 2º do art. 18 da Resolução SF nº 43, de 2001.

X.2 Limites e Condições

Sujeitam-se à proibição estabelecida no § 6º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, qual seja: *“é vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.”*

Essa vedação não se aplica à concessão de garantia por empresa controlada a subsidiária ou controlada sua, nem à prestação de contragarantia nas mesmas condições; e também não se aplica à concessão de garantia por instituição financeira a empresa nacional (nos termos do § 7º do art. 40 da LRF).

A concessão de garantia a operações de crédito interno e externo por parte dos referidos Entes exigirá ainda (art. 18 da [Resolução SF nº. 43, de 2001](#)):

- a) O oferecimento de contragarantias, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida; e

- b) A adimplência do tomador relativamente a suas obrigações para com o garantidor e as entidades por ele controladas.

Além disso, para a realização das operações de concessão de garantias por parte dos referidos Entes, deverão ser atendidos os limites quantitativos especificados conforme **Anexo B**, esclarecendo que, não há que se falar em contingenciamento de crédito ao setor público nestas operações.

X.3 Elevação do limite para concessão de garantias

No caso de solicitação de elevação do limite de concessão de garantias, parágrafo único do art. 9º da Resolução SF nº 43/2001, deverão ser apresentados ainda os documentos listados abaixo (consulte os anexos deste Manual para instrução detalhada sobre a elaboração ou comprovação de cada um dos documentos):

- a) Declaração protocolada no Tribunal de Contas do garantidor de que não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas;
- b) Demonstrativo da dívida consolidada líquida. **(Não é necessário o envio desse demonstrativo, pois será utilizado o último RGF exigível homologado no SISTN);**
- c) Certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente atestando o cumprimento do art. 23, com certificação do cumprimento dos limites especificados no art. 20 por poder/órgão, informando inclusive os valores monetários e respectivos percentuais em relação à receita corrente líquida relativamente ao último exercício analisado, aos exercícios ainda não analisados e, quando pertinente, ao exercício em curso; e
- d) Cumprimento do Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União, nos termos da Lei nº. 9.496, de 1997. **(Não é necessário o envio de comprovação, pois será realizada consulta ao órgão responsável durante a análise do pleito)**

Cabe ressaltar que documentos adicionais, não previstos na legislação antes citada, eventualmente considerados necessários à análise dos pleitos, poderão ser solicitados pela STN, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 25 da [Resolução nº 43/2001-SF](#).

Em virtude da dinâmica do processo, este Manual atualiza procedimentos e formulários de encaminhamento de informações, conforme previsto no art. 1º, parágrafo único [da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#). Dessa forma, na ocasião do envio de pleito a esta Secretaria, o interessado deverá consultar o sítio da STN (no endereço abaixo) para verificação da existência de versão mais atualizada deste Manual.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.pdf>

XI. INSTRUÇÃO PARA SOLICITAR A CONCESSÃO DE GARANTIAS POR PARTE DA UNIÃO

Apesar de serem realizadas pelo mesmo órgão, a verificação do cumprimento dos limites e condições de endividamento e a análise da concessão de garantia por parte da União são dois atos distintos e que envolvem aspectos legais diferenciados, realizadas de forma independente.

A garantia da União é regulamentada pelo art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal e pela Portaria MF nº 497, de 1990.

A análise da garantia da União compreende, entre outros:

- a) A avaliação da capacidade de pagamento do Ente interessado, cuja metodologia está prevista na Portaria MF nº 89/97;
- b) O exame das contragarantias oferecidas (qualidade e suficiência), que devem ser suficientes para cobrir qualquer pagamento que a União venha a fazer; e
- c) As minutas negociadas do contrato de empréstimo e do contrato de garantia devem estar em termos satisfatórios para o garantidor.

O Ministro da Fazenda detém a competência de firmar os contratos de garantia em nome da União, as quais deverão ser avaliadas, do ponto de vista jurídico, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

XI.1 Condições

Além do atendimento dos limites e condições para contratação de operações de crédito conforme requisitos mínimos definidos no art. 32 da LRF e pela Resolução do Senado Federal nº 43/2001, é necessária, ainda, a observância das seguintes condições:

- a) Oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida;
- b) A instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Ente da Federação (art. 11 da LRF);
- c) Cumprimento dos limites previstos no art. 20 da LRF, observando o disposto no inciso III do § 3º do art. 23 e no art. 66 da LRF;
- d) Observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição, que veda a concessão de empréstimos para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- e) Adimplência de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos. Nos termos da RSF 41/2009, a comprovação de adimplência do Ente garantido se dará por ocasião da assinatura do respectivo contrato de garantia;
- f) Cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação (art. 212 da CF) e à saúde (art. 198 da CF);
- g) Observância do limite de inscrição em restos a pagar (art. 42 da LRF);

Deve-se observar, ainda, que os contratos relativos a operações de crédito externo:

- Não podem conter qualquer cláusula: I - de natureza política; II - atentatória à soberania nacional e à ordem pública; III - contrária à Constituição e às leis brasileiras; e IV - que implique compensação automática de débitos e créditos (art. 8º da RSF 48/2007);
- Deverão prever o fornecimento tempestivo e periódico, pela entidade beneficiária, dos saldos das obrigações garantidas (art. 10 da RSF 48/2007);
- Não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos (art. 32 da LRF).

Do ponto de vista da análise da capacidade de pagamento (Portaria MF nº 89/97), a classificação necessária para receber a garantia da União são as categorias A ou B.

As contragarantias deverão conter necessariamente todas as transferências federais, as receitas próprias dos Entes e ainda outras garantias em direito admitidas, caso as demais não sejam satisfatórias. Para a análise do grau de comprometimento das transferências federais, poderão ser solicitadas informações específicas.

XI.2 Limites da garantia da União

Os saldos das obrigações garantidas pela União não podem ultrapassar o limite de 60% da sua Receita Corrente Líquida (RCL). O limite envolve não somente a fiança ou aval em operações de crédito, mas outras garantias concedidas em outras modalidades.

XI.3 Documentos e informações complementares:

Encontram-se no **Anexo D**. Alguns dos requisitos são os mesmos para a análise dos limites e condições para operações sem garantia. Alguns têm uma abrangência maior de verificação. Outros itens são complementares.

Deve-se destacar que todo pleiteante à concessão de garantia da União, no caso de operação de crédito externo, deverá, preliminarmente, obter a Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX. Este documento, expedido por aquela Comissão, autoriza a preparação de projetos/programas de entidades públicas (passíveis de obter financiamento externo) e deve ser acompanhado da comprovação do cumprimento de eventuais ressalvas.

Cabe ressaltar, ainda, que tendo em vista as alterações introduzidas pela Resolução nº 41/2009, do Senado Federal, a comprovação de adimplência do Ente garantido quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e suas entidades controladas, bem como à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos (adimplência financeira e de prestação de contas de recursos recebidos da União), se dará por ocasião da assinatura do respectivo contrato de garantia.

Além da consulta juntamente ao órgão certificador, há a opção de verificação de adimplência por meio do Cadastro Único de Convênio – CAUC, em https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/regularidadeSiafi/index_regularidade.asp. O link possui, além da opção de consulta, uma lista de perguntas e respostas mais frequentes e, caso o Ente não tenha a lista de CNPJs atualizada, dar especial atenção às seções: “O que fazer para incluir/excluir CNPJ do CAUC” e “O que fazer para tirar dúvidas sobre o CAUC”. O CAUC é um serviço de consulta unificada de requisitos fiscais para transferências voluntárias e pode ser um instrumento útil de monitoramento por parte dos Entes federados.

Nos termos do art. 40 da LRF e da Resolução nº 48/2008, do Senado Federal, a verificação da adimplência é feita utilizando-se todos os CNPJ's da Administração Direta do Estado, Distrito Federal ou Município, englobando todos os seus Poderes.

É importante que a lista de CNPJs da administração direta constante do CAUC se mantenha atualizada para a consulta no momento da assinatura do contrato. O CAUC possibilita, com uma única consulta, verificar, junto aos cadastros dos órgãos responsáveis, a existência de certidões negativas de débito.

Lista de verificação:

- 1) Pedido de concessão de garantia da União;
- 2) Parecer do órgão técnico;
- 3) Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo;
- 4) Indicação das contragarantias oferecidas na Lei Autorizadora;
- 5) Plano Plurianual;

- 6) Lei Orçamentária Anual;
- 7) Minuta dos instrumentos contratuais a serem negociados e formalizados; e
- 8) Certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente.

ANEXO A - DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43/2001

Os documentos e informações necessários à instrução de pleitos para contratar operações de crédito estão previstos na [Lei Complementar nº 101, de 2000](#), e na [Resolução nº 43, de 2001](#), do Senado Federal. São os seguintes (consulte os modelos e orientações deste Manual para cada um dos documentos):

Pedido

1. Pedido de Verificação de Limites e Condições (ver Anexo C item 2);
2. Cronograma financeiro da operação pleiteada – anexado ao pedido (ver Anexo C item 2);

Autorizações legais

3. Autorização específica do órgão legislativo (ver Anexo C item 10);
4. Lei de diretrizes orçamentárias do exercício em curso (ver Anexo C item 11);
5. Lei orçamentária do exercício em curso ou do próximo exercício, se for o caso (ver Anexo C item 12);
6. Lei Orçamentária - Anexo 1 da Lei nº 4.320 (ver Anexo C item 12);
7. Comprovação de inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação de crédito (ver Anexo C item 13);

Pareceres e autorizações do Gestor

8. Parecer do órgão jurídico e declaração do chefe do Poder Executivo (ver Anexo C item 7);
9. Parecer do órgão técnico (ver Anexo C item 8);

Obrigações de transparência

10. Comprovação de que o Ente encaminhou cópia de suas contas à União. **Não é necessário o envio à STN da comprovação de envio, pois a mesma será feita por meio do endereço https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/regularidadeSiafi/index_regularidade.asp** (ver Anexo C item 15);
11. Para Municípios: comprovação de que encaminhou cópia de suas contas ao Poder Executivo do respectivo Estado (ver Anexo C item 15);
12. Atualização do Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN (ver Anexo C item 15). **Não é necessário o envio à STN da comprovação de atualização, pois a atualização será verificada por meio de consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal durante a análise do pleito;**

Dados para cálculo dos limites de endividamento

13. Demonstrativo da receita corrente líquida (ver Anexo C item 3). **Não é necessário o envio desse demonstrativo, pois será utilizado o último RREO exigível homologado no SISTN;**
14. Demonstrativo da dívida consolidada líquida (ver Anexo C item 4). **Não é necessário o envio desse demonstrativo, pois será utilizado o último RGF exigível homologado no SISTN;**
15. Cronograma de liberação das operações de dívida fundada interna e externa, realizadas no exercício em curso ou em tramitação, exclusive a operação pleiteada, conforme modelo fornecido por este Manual (ver Anexo C item 5);
16. Cronograma de pagamento das dívidas consolidadas interna e externa, contratadas ou a contratar, exclusive a operação pleiteada, conforme modelo fornecido por este Manual (ver Anexo C item 6);

Certidões do Controle Externo

17. Certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente (ver Anexo C item 16);

Adimplência financeira e de obrigações contratuais e legais

18. Comprovação de adimplemento de contratos firmados com a União (ver Anexo C item 14)

Não é necessário o envio de documentos de comprovação, pois será realizada consulta ao órgão responsável durante a análise do pleito;

19. No caso específico de operações de Municípios com garantia de Estados, certidão que ateste a adimplência do tomador do crédito perante o Estado (ver Anexo C item 14).

ATENÇÃO: TODOS OS ITENS ACIMA SÃO CONSIDERADOS ESSENCIAIS PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS MÍNIMOS.

Cabe ressaltar que documentos adicionais, não previstos na legislação antes citada, eventualmente considerados necessários à análise dos pleitos, poderão ser solicitados pela STN, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 25 da [Resolução nº 43/2001-SF](#). Poderá também a instituição financeira, à época da contratação, solicitar documentos ou informações adicionais que lhe dê conforto para a assinatura dos contratos.

Cabe ressaltar ainda que, tendo em vista as alterações introduzidas pela [Resolução nº 29/2009, do Senado Federal](#), é de exclusiva responsabilidade do agente financeiro ou contratante a comprovação das adimplências a que se referem o artigo 16 e o inciso VIII (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) do artigo 21 da [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#), não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN. Contudo, recomenda-se a observância dos aspectos caracterizados no Anexo C item 14 - Comprovação da adimplência financeira e do adimplemento de obrigações.

Em virtude da dinâmica do processo, este Manual atualiza procedimentos e formulários de encaminhamento de informações, conforme previsto no art. 1º, parágrafo único [da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#). Dessa forma, na ocasião do envio de pleito a esta Secretaria, o interessado deverá consultar o sítio da STN (no endereço abaixo) para verificação da existência de versão mais atualizada deste Manual.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.pdf>

ANEXO B – LIMITES E CONDIÇÕES DE ENDIVIDAMENTO

Limites

REGRA DE OURO - o cumprimento do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal deverá ser comprovado mediante apuração das operações de crédito e das despesas de capital conforme os critérios definidos no § 3º do art. 32 da [Lei Complementar nº 101](#), de 2000 (art. 6º da Resolução nº 43/2001-SF):

- a) Para fins de cálculo deste limite, verificar-se-ão, separadamente, o exercício anterior e o exercício corrente, tomando-se por base:
 - i. *“No exercício anterior, as receitas de operações de crédito nele realizadas e as despesas de capital nele executadas; e”*
 - ii. *“No exercício corrente, as receitas de operação de crédito e as despesas de capital constantes da lei orçamentária.”*
- b) Não serão computados como despesas de capital, para os fins do art. 6º da RSF nº 43/01:
 - i. *“O montante referente às despesas realizadas, ou constantes da lei orçamentária, conforme o caso, em cumprimento da devolução a que se refere o art. 33 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#).”*
 - ii. *“As despesas realizadas e as previstas que representem empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do Ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste; e”*
 - iii. *“As despesas realizadas e as previstas que representem inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas que não sejam controladas, direta ou indiretamente, pelos Entes da Federação ou pela União.”*
- c) O empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso ii da alínea b, se concedido por instituição financeira controlada pelo Ente da Federação, terá seu valor deduzido das despesas de capital;
- d) As operações de antecipação de receitas orçamentárias não serão computadas para os fins deste limite, desde que liquidadas no mesmo exercício em que forem contratadas;
- e) Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por operação de crédito realizada em um exercício o montante de liberação contratualmente previsto para o mesmo exercício; e
- f) Nas operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício financeiro, o limite computado a cada ano levará em consideração apenas a parcela a ser nele liberada.

LIMITE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – FLUXO - O **montante global das operações realizadas** em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida - RCL (inciso I do art. 7º da Resolução nº 43/2001-SF):

- Para o caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, este limite será calculado levando em consideração o cronograma anual de ingresso, projetando-se a receita corrente líquida de acordo com os critérios estabelecidos no § 6º do art. 7º da Resolução nº 43/2001-SF (§ 1º do art. 7º da Resolução nº 43/2001-SF);

LIMITE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – DISPÊNDIO - O **comprometimento anual** com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida (inciso II do art. 7º da Resolução nº 43/2001-SF):

- a) O cálculo do comprometimento anual será feito pela média anual de todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida da relação entre

o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano (§ 4º do art. 7º da Resolução nº 43/2001-SF e suas alterações);

- b) Os Entes da Federação que apresentarem a média anual superior a 10% (dez por cento) deverão apresentar tendência não crescente quanto ao comprometimento anual (§ 5º do art. 7º da Resolução nº 43/2001-SF). A tendência de crescimento será determinada pela inclinação da reta, calculada mediante regressão simples, a partir das médias de comprometimento verificadas no período;

LIMITE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ESTOQUE - A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de 2001, não poderá exceder, respectivamente, a (inciso III do art. 7º da Resolução nº 43/2001-SF, combinado com art. 3º da Resolução nº 40, de 2001-SF):

- a) No caso dos Estados e do Distrito Federal: 2 (duas) vezes a receita corrente líquida;
- b) No caso dos Municípios: 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida;
- c) No período compreendido entre 31 de dezembro de 2001 e o final do exercício de 2016, serão observadas as seguintes condições:
 - i. O excedente em relação aos limites previstos para Estados, Distrito Federal e Municípios apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avo) a cada exercício financeiro;
 - ii. Para fins de acompanhamento da trajetória de ajuste dos limites de que se trata, a relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida será apurada a cada quadrimestre civil e consignada no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#);
 - iii. O limite apurado anualmente após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) estabelecido neste item será registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#);
 - iv. Durante o período de ajuste de 15 (quinze) exercícios financeiros já referidos, aplicar-se-ão os limites previstos de 2 (duas) vezes e 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida para o Estado, o Distrito Federal ou o Município que:
 - Apresente relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida inferior a esses limites, no final do exercício de 2001; e
 - Atinja o limite previsto (2 ou 1,2 vezes a RCL) antes do final do período de ajuste de 15 (quinze) exercícios financeiros.

LIMITE DAS OPERAÇÕES POR ARO – ESTOQUE - O saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) em um exercício financeiro não poderá ser superior a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida - RCL (art. 10 da Resolução nº 43/2001-SF).

LIMITE DAS GARANTIAS - O saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da RCL (art. 9º da [Resolução SF nº. 43, de 2001](#)).

O limite acima poderá ser elevado para 32% (trinta e dois por cento) da receita corrente líquida, desde que cumulativamente, quando aplicável, o garantidor:

- a) Não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar da análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas;
- b) Esteja atendendo o limite da dívida consolidada líquida, estabelecido na Resolução nº. 40, de 2001, do Senado Federal;
- c) Esteja cumprindo os limites de despesa com pessoal previstos na [Lei Complementar nº 101, de 2000](#); e

- d) Esteja cumprindo o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União, nos termos da Lei nº. 9.496, de 1997.

Critério de Projeção da RCL

A **receita corrente líquida** (RCL) é projetada mediante a aplicação de fator de atualização sobre a receita corrente líquida do período de 12 (doze) meses findos no mês de referência (§ 6º do art. 7º da Resolução nº 43/2001-SF).

A partir da data de publicação deste Manual, o fator de atualização a ser utilizado é de 3,44%, e foi obtido a partir da média geométrica das taxas de crescimento real do PIB nacional nos últimos oito anos (art. 8º da [Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#)), a saber:

Ano	Crescimento do PIB
2002	1,02658094085410
2003	1,01146619822956
2004	1,05712292376002
2005	1,03159673612849
2006	1,03957035057579
2007	1,06091410619358
2008	1,05136034838037
2009	0,99814445224487
Média Geométrica	1,03438541919438

Fonte: IBGE

Condições

O não atendimento de algum dos requisitos mínimos definidos pela [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#) impede a continuidade do processo de análise e, por conseguinte, a conclusão da verificação de limites e condições da operação pleiteada. De acordo com a legislação, é vedada a contratação de operação de **Crédito Interno**:

- Se as despesas com pessoal não estiverem enquadradas nos limites previstos no art. 20 da [Lei Complementar nº 101](#), de 2000, com ressalva prevista no inciso III do § 3º do art. 23 da mesma Lei;
- Se o Ente houver contratado alguma operação que se equipare a operação de crédito cujos limites e condições não tenham sido objeto de análise e Parecer favorável pela STN;
- Se os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não publicarem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. Tal vedação persistirá até a regularização dessa pendência (§ 2º do art. 52 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#));
- Se os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não publicarem o Relatório de Gestão Fiscal até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre. Tal vedação persistirá até a regularização dessa pendência (§ 3º do art. 55 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#), com ressalva prevista na letra “b” do art. 63 da mesma Lei);
- Se os Estados (considerado o Distrito Federal) e os Municípios não encaminharem suas contas ao Poder Executivo da União até 31 de maio e 30 de abril, respectivamente. Aos Municípios cabe, também, encaminhar cópia de suas contas ao Poder Executivo do respectivo Estado (inciso I do § 1º do art. 51 da LRF). A vedação persistirá até a regularização dessa pendência (§ 2º do art. 51 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#));

- f) Se houver violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União (inciso IV do art. 5º da [Resolução nº 43/2001-SF](#));
- g) Se houver garantia ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município por instituição financeira por ele controlada (art. 17 da [Resolução nº 43/2001-SF](#)); e
- h) Se o Ente da Federação tiver dívida honrada pela União ou pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito. Tal vedação persistirá até a total liquidação da mencionada dívida (§ 10 do art. 40 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#), e § 4º do art. 18 da [Resolução nº 43/2001-SF](#)).

É vedada, ainda, a contratação de operação por ARO:

- a) Antes do dia dez de janeiro de cada ano (inciso I do art. 38 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#); inciso I do art. 14 da [Resolução nº 43/2001-SF](#));
- b) Enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada (inciso IV-a do art. 38, da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#); e inciso IV do art. 14 da [Resolução nº 43/2001-SF](#));
- c) No último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo (inciso IV-b do art. 38 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#); e § 2º do art. 15 da [Resolução nº 43/2001-SF](#));
- d) Se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros prefixada ou indexada à Taxa Básica Financeira - TBF (inciso III do art. 38 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#); e inciso III do art. 14 da [Resolução nº 43/2001-SF](#));

Encontram-se ainda definidas as seguintes condições para a contratação de operação por ARO:

- a) O valor da operação pretendida não poderá exceder o limite fixado na lei autorizadora (inciso I do art. 22 da [Resolução nº 43/2001-SF](#));
- b) A taxa de juros das operações por ARO não poderá ser superior a uma vez e meia a TBF (1,5xTBF) vigente no dia do encaminhamento da proposta firme (§ 4º do art. 37 da [Resolução nº 43/2001-SF](#)); e
- c) A operação deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano de contratação (inciso II do art. 38 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#), e inciso II do art. 14 da [Resolução nº 43/2001-SF](#)).

ANEXO C – ORIENTAÇÕES E MODELOS DE DOCUMENTOS

1. Instruções de caráter geral

Os documentos necessários à instrução de pleitos para contratar operações de crédito estão previstos na [Lei Complementar nº 101, de 2000](#), e na [Resolução nº 43, de 2001](#), do Senado Federal. Os documentos encaminhados deverão seguir, além das particularidades de cada um, os seguintes preceitos, de forma a conferir agilidade e segurança ao processo de análise:

- a) Todos os documentos deverão ser apresentados em originais ou cópias autenticadas em cartório;
- b) Os documentos devem ser legíveis e não podem apresentar rasuras;
- c) As assinaturas dos Chefes de Poder, dos Secretários de Governo, do responsável pela Contabilidade, dos responsáveis pelos órgãos técnico e jurídico e do responsável pelo Controle Interno deverão ser identificadas;
- d) Caso não conste pedido de verificação de limites e condições (com o respectivo termo de habilitação, quando cabível) dentre os documentos encaminhados à STN, ou apresente informação incompleta, o pleito será devolvido;
- e) Poderão ser solicitados documentos adicionais, considerados necessários à análise dos pleitos, conforme art. 2º, §3º da [Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009](#).

Quando se tratar de lei ou decreto, deverá ser encaminhado:

- Exemplar de sua publicação na imprensa; ou
- Cópia autenticada em cartório do exemplar de sua publicação; ou
- Original do documento assinado pelo chefe do Poder Executivo; ou
- Cópia autenticada em cartório do documento assinado pelo chefe do Poder Executivo; ou
- Documento disponibilizado no sítio do Ente na internet (nesse caso, o chefe do Poder Executivo deverá atestar que esse modo de publicidade é legalmente previsto).

2. Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL/Proposta Firme)

O Pedido formal de Verificação de Limites e Condições é a base para constituição do processo administrativo no Ministério da Fazenda, que objetivará averiguar os limites e condições para a realização da operação de crédito, nos termos do art. 32 da LRF e, quando couber, do art. 40 da LRF.

Deve-se ressaltar que o documento também tem o mesmo efeito de uma “Proposta Firme” para fins de instrução do processo, tendo em vista as assinaturas do representante formal da instituição financeira (ou financiador no pedido) e do Chefe do Poder Executivo pleiteante, discriminando as condições financeiras da operação.

No caso das operações de crédito internas com instituições financeiras, nos termos da Resolução CMN nº 3.751, de 2009, somente será emitida a proposta firme (o Pedido formal de Verificação de Limites e Condições) da operação de crédito se observados os seguintes requisitos: I - a completa instrução documental do pleito na forma e abrangência regulamentadas pelo Ministério da Fazenda, de acordo com a competência conferida pela [Resolução nº 43](#), de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal; e II - o enquadramento da operação pleiteada nos limites ou regras de contingenciamento do crédito ao setor público, conforme resoluções do Conselho Monetário Nacional.

Além disso, de acordo com o art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Instituição Financeira é igualmente responsável para verificar o cumprimento, por parte do tomador, no momento da contratação, dos limites e condições estabelecidos, sob pena de nulidade da

operação. Nesse sentido, a atuação das instituições financeiras tem sido relevante na agilidade da instrução e acompanhamento dos processos.

Para as operações de crédito internas com instituições financeiras, a emissão da proposta firme deverá indicar prazo de validade do documento, que deverá ser compatível com as regras relativas ao enquadramento da operação nos limites de contingenciamento de crédito ao setor público, tendo em vista que compete às instituições financeiras a observância das regras e limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.827, de 2001. Para as operações a serem realizadas com recursos de destaque de capital, cabe ao agente financeiro definir o prazo limite para a contratação da mesma. O documento deverá estar datado e assinado pelo Chefe do Poder Executivo e pelo representante legal da instituição financeira, devidamente identificados (nome e cargo).

Nos termos da [Portaria STN nº 396](#), de 2009, o Pedido de Verificação de Limites e Condições somente deverá ser protocolado na Secretaria do Tesouro Nacional, acompanhado de todos os documentos previstos na [Resolução nº 43](#), de 2001, do Senado Federal, de acordo com cada tipo de operação de crédito ou concessão de garantias, e conforme discriminado no MIP. Quando se tratar de linha de crédito aberta por instituição autorizada pelo Banco Central a operar com o setor público, o protocolo deverá ser realizado por intermediação do agente financeiro. Nas demais situações, envolvendo operações de crédito externas e instituições não financeiras, o protocolo deverá ser efetuado pelo próprio Ente interessado na contratação.

Para que eventualmente a Secretaria do Tesouro Nacional possa comunicar-se com o Ente ou com a instituição financeira, objetivando o envio de documentos e informações a respeito do pleito é necessário que constem informações (telefone, e-mail ou correspondência) a respeito do servidor que será o contato do Município/Estado e também do funcionário que será o contato na instituição financeira. Deverão ser mencionados: nome, cargo, identidade, telefone e e-mail institucional.

Para as operações de crédito que com garantia da União, a proposta firme deverá solicitar ainda a concessão de garantia da União.

No caso de operação de crédito externo com garantia da União, o Pedido formal de Verificação de Limites e Condições deverá ser encaminhado por Ofício do Chefe do Poder Executivo dirigido ao Secretário do Tesouro Nacional, solicitando a concessão de garantia da União e indicando o nome do programa/projeto e o seu objetivo, o credor, valor da operação e as condições financeiras do pretendido empréstimo.

Quando se tratar de linha de crédito aberta por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar com o setor público, nos termos da [Portaria STN nº 396](#), de 2009, as exigências para a adequação de documentos poderão ser encaminhadas ao agente financeiro responsável pela proposta firme, que solicitará os procedimentos de ajuste ao Ente interessado. Nas demais situações eventuais exigências para a adequação de documentos serão encaminhadas diretamente ao ente.

Modelo para operação de crédito interno
Pedido de Verificação de Limites e Condições

Ao Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional,

Trata o presente de **Pedido de Verificação de Limites e Condições**, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para a realização da operação de crédito interno entre a PREFEITURA MUNICIPAL de (nome do Município) / GOVERNO DO ESTADO DE, e o BANCO (nome da instituição financeira).....

Nos termos do acordo firmado por meio deste instrumento, que passa a ter efeito de proposta firme, os signatários ratificam a intenção de contratar a operação de crédito interno, com as seguintes condições:

Valor do Crédito: R\$ _____

Finalidade / destinação: _____

Encargos de inadimplência: _____

Fonte/Origem dos Recursos: _____

Atualização Monetária: _____

Taxa de Juros Efetiva: _____

Custo Efetivo Total (CET)(*): _____

Prazo Total: _____ (_____) meses (prazo total = prazo de carência + prazo de amortização)

Carência: _____ (_____) meses

Amortização: _____ (_____) meses

Garantias: _____

Termo de Habilitação nº _____, aprovado pelo _____ (nome do órgão) **ou** Protocolo de Intenções nº _____, **aprovado** pelo _____ nº _____ de ____/____/____ **ou** Aprovado por destaque de capital, conforme Ofício do Banco Central nº XXXX.

Base legal: inciso/parágrafo XX, art. XX, da Resolução CMN nº 2.827/2001

Informo que acompanha este pedido, em anexo, **Cronograma Financeiro** da operação de crédito, em base anual, e declaro que o mesmo espelha todas as condições financeiras apresentadas neste documento.

Finalmente, são indicados abaixo os nomes dos representantes formais para fins de contato e envio de ofícios solicitando complementação de documentos:

- a) Representante da Instituição Financeira: (nome, cargo, RG, telefone, fax símile, email institucional,...)
- b) Representante da Prefeitura/Estado: (nome, cargo, RG, telefone, fax símile, email institucional,...)

Local e data

Prazo de Validade: ____/____/____

BANCO (nome da instituição financeira)
(Assinatura Identificada de seu representante)
sede
(endereço completo, incluindo CEP),
CNPJ

Chefe do Poder Executivo
(Assinatura Identificada)
sede administrativa
(endereço completo, incluindo CEP)
CNPJ

Obs.: Modelo deste documento encontra-se disponível na página seguinte:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/Anexo_A_MODELO_1A_Pedido_Verificacao_Limites_Condicoes_par_a_Credito_INTERNO.doc

Caso o Pedido de Verificação de Limites e Condições tenha vários cronogramas, **deverá ser encaminhado somente um consolidado, compatível com as condições do Pedido.**

(*) O Custo Efetivo Total (CET) deve ser informado pelas instituições financeiras e pelas sociedades de arrendamento mercantil previamente à contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil e também em qualquer outro momento que seja solicitado pelo cliente, nos termos da Resolução CMN 3.517, de 2007.

Cronograma Financeiro da Operação – Anexo ao Ofício (...)

R\$1,00

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortizações (A)	Encargos (B)	Total (A+B)
2010					
2011					
2012					
2013					
2014					
2015					
2016					
2017					
2018					
2019					
2020					
2021					
2022					
2023					
2024					
2025					
2026					
2027					
2028					
2029					
2030					
2031					
2032					
2033					
2034					
...					
20XX					
Total					

Local e data.

 Chefe do Poder Executivo
 (Nome e cargo)

 Responsável pela Instituição Financeira
 (Nome e cargo)

OBSERVAÇÃO 1: Caso o Pedido de Verificação de Limites e Condições tenha vários cronogramas, deverá ser encaminhado somente um consolidado, compatível com as condições do Pedido.

OBSERVAÇÃO 2: Modelo deste documento encontra-se disponível na página seguinte:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/AnexoA_Modelo_Cronograma_Financeiro_Operacao_Credito_INTER_NO.xls

Modelo para operação de crédito externo
Pedido de Verificação de Limites e Condições

Ao Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional,

Trata o presente de **Pedido de Verificação de Limites e Condições**, nos termos do art. 32 da Lei Complementar no. 101, de 2000, para a realização da operação de crédito Externo entre a PREFEITURA MUNICIPAL de (nome do Município) / GOVERNO DO ESTADO DE, e o BANCO (nome da instituição financeira ou organismo internacional, agência governamental estrangeira)

Declaro que foram realizadas consultas técnicas com o agente financiador e a operação será negociada tendo por base as seguintes condições **(caso haja proposta firme, favor anexar)**:

Valor do Crédito: (moeda do empréstimo) _____
Valor equivalente em reais: _____
Taxa de câmbio: _____
Finalidade / destinação: _____
Encargos de inadimplência: _____
Fonte/Origem dos Recursos: _____
Atualização Monetária: _____
Taxa de Juros Efetiva _____
Custo Efetivo Total (CET) (*): _____ Prazo Total: _____ (_____) meses (prazo total = prazo de carência + prazo de amortização)
Carência: _____ (_____) meses
Amortização: _____ (_____) meses
Garantias: _____
Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos (COFIE): _____
Nome do projeto/programa: _____

Informo que acompanha este pedido, em anexo, Cronograma Financeiro **na moeda do empréstimo** e Cronograma Financeiro **em reais**, em base anual. Declaro que o mesmo espelha todas as condições financeiras apresentadas neste documento.

Encontram-se indicados abaixo os nomes dos representantes formais para fins de contato institucional:

- a) Representante da Prefeitura/Estado: (nome, cargo, RG, telefone, fax símile, email institucional,...)
- b) Representante da Instituição Financeira: (nome, cargo, RG, telefone, fax símile, email institucional,...)

Finalmente, solicito a completa instrução do processo para fins de envio ao Senado Federal, tendo em vista sua competência privativa para autorizar operações de crédito externo.

Local e data

Chefe do Poder Executivo
(Assinatura Identificada)

com sede administrativa à **(endereço completo, incluindo CEP)** inscrita no CNPJ sob o nº

Obs.: Modelo deste documento encontra-se disponível na página seguinte:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/Anexo_A_MODELO_1B_Pedido_Verificacao_Limites_Condicoes_par_a_Credito_EXTERNO.doc

Caso o Pedido de Verificação de Limites e Condições tenha vários cronogramas, **deverá ser encaminhado somente um consolidado, compatível com as condições do Pedido.**

(*) Engloba todos os encargos e despesas das operações, tais como tarifas, tributos, seguros e outras despesas cobradas do devedor.

Cronograma Financeiro da Operação na moeda do empréstimo – Anexo ao Ofício (...)

CRONOGRAMA 1

(MOEDA UTILIZADA: 1,00)

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortizações (A)	Encargos (B)	Total (A+B)
2010					
2011					
2012					
2013					
2014					
2015					
2016					
2017					
2018					
2019					
2020					
2021					
2022					
2023					
2024					
2025					
2026					
2027					
2028					
2029					
2030					
2031					
2032					
2033					
2034					
...					
20XX					
Total					

Local e data.

Chefe do Poder Executivo
(Nome e cargo)

Obs.: Modelo deste documento encontra-se disponível na página seguinte:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/AnexoA_Modelo_Cronograma_Financeiro_Operacao_Credito_EXTERNO.xls

Cronograma Financeiro da Operação em reais – Anexo ao Ofício (...)

CRONOGRAMA 2

					R\$1,00
Ano	Contrapartida	Liberações	Amortizações (A)	Encargos (B)	Total (A+B)
2010					
2011					
2012					
2013					
2014					
2015					
2016					
2017					
2018					
2019					
2020					
2021					
2022					
2023					
2024					
2025					
2026					
2027					
2028					
2029					
2030					
2031					
2032					
2033					
2034					
...					
20XX					
Total					

Local e data.

Chefe do Poder Executivo
(Nome e cargo)

Obs.: Modelo deste documento encontra-se disponível na página seguinte:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/AnexoA_Modelo_Cronograma_Financeiro_Operacao_Credito_EXTERNO.xls

3. Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Demonstrativo da receita corrente líquida (RCL), conforme modelo atualizado, elaborado de acordo com a [Portaria STN nº 577, de 15/10/2008](#), que aprovou o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, com efeitos para o exercício de 2009. Ressalte-se que, para o exercício de 2010, serão utilizados os modelos aprovados pela [Portaria STN nº 462, de 5/8/2009](#).

A data-base do demonstrativo deverá coincidir com a data de referência do último Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) publicado bimestralmente conforme exigido no art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF ([Lei Complementar nº 101/2000](#)). Caso o Município seja optante pela publicação semestral, a data-base do demonstrativo deverá coincidir com a data de referência do último RREO publicado semestralmente, conforme facultado pelo art. 63, II, “c” da LRF.

Este demonstrativo deverá:

- Destacar a unidade em que os valores são discriminados (R\$1.000,00 ou R\$1,00);
- Estar datado e assinado pelo Chefe do Poder Executivo, pelo Secretário responsável pela administração financeira do Ente e pelo Contabilista responsável, devidamente identificados;
- Informar a receita corrente líquida relativa ao último RREO publicado bimestralmente, conforme disposto no art. 52 da LRF. Dessa forma, deve ser observado o quadro abaixo:

Período de análise da documentação	Último RREO bimestral publicado	Data-base
De 31/03 até 30/05	1º bimestre do ano atual	Fevereiro
De 31/05 até 30/07	2º bimestre do ano atual	Abril
De 31/07 até 30/09	3º bimestre do ano atual	Junho
De 01/10 até 30/11	4º bimestre do ano atual	Agosto
De 01/12 até 30/01	5º bimestre do ano atual/anterior	Outubro
De 31/01 até 30/03	6º bimestre do ano anterior	Dezembro

No caso de Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes e que sejam optantes pela publicação semestral, informar a receita corrente líquida relativa à última publicação semestral do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, conforme disposto no art. 63, II da LRF. Dessa forma, deve ser observado o quadro abaixo:

Período de análise da documentação	Último RREO bimestral publicado	Data-base
De 31/07 até 30/01	1º semestre do ano atual	Junho
De 31/01 até 30/07	2º semestre do ano anterior	Dezembro

A STN poderá utilizar os dados do demonstrativo da receita corrente líquida constantes do SISTN, caso o último RREO exigível (conforme art. 52 e art. 63, II, ambos da LRF) esteja homologado no SISTN. O art. 21, § 4º da RSF nº 43/2001 estabelece que o Ministério da Fazenda poderá dispensar a apresentação desse demonstrativo, caso já disponha das informações contidas nesse documento em seus bancos de dados.

4. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL), conforme modelo atualizado, nos termos da [Portaria STN nº 577, de 15/10/2008](#), que aprovou o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, com efeitos para o exercício de 2009. Ressalte-se que, para o exercício de 2010, serão utilizados os modelos aprovados pela [Portaria STN nº 462, de 5/8/2009](#).

A data-base do demonstrativo deverá coincidir com a data de referência do último Relatório de Gestão Fiscal (RGF) publicado quadrimestralmente, conforme exigido no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal ([Lei Complementar nº 101, de 2000](#)). Caso o Município seja optante pela

publicação semestral, a data-base do demonstrativo deverá coincidir com a data de referência do último RGF publicado semestralmente, conforme facultado pelo art. 63, II, “b” da LRF.

Este demonstrativo deverá:

- Destacar a unidade em que os valores são discriminados (R\$1.000,00 ou R\$1,00);
- Estar datado e assinado pelo Chefe do Poder Executivo, pelo Secretário responsável pela administração financeira do Ente e pelo Contabilista responsável, devidamente identificados;
- Caso a DCL/RCL tenha ficado abaixo do limite no 3º quadrimestre/2001, não será necessário o preenchimento e envio da “Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida”.
- Informar a dívida consolidada líquida do último RGF publicado quadrimestralmente. Dessa forma, deve ser observado o quadro abaixo:

Período de análise da documentação	Último RGF quadrimestral publicado	Data-base da DCL
De 31/09 até 30/01	2º quadrimestre do ano atual/anterior	Agosto
De 31/05 até 30/09	1º quadrimestre do ano atual	Abril
De 31/01 até 30/05	3º quadrimestre do ano anterior	Dezembro

No caso de Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes e que sejam optantes pela publicação semestral, informar a dívida consolidada líquida relativa ao último RGF publicado semestralmente, conforme disposto no art. 63, II da LRF. Dessa forma, deve ser observado o quadro abaixo

Período de análise da documentação	Último RGF semestral publicado	Data-base da DCL
De 31/07 até 30/01	1º semestre do ano atual	Junho
De 31/01 até 30/07	2º semestre do ano anterior	Dezembro

A STN poderá utilizar os dados do demonstrativo da dívida consolidada líquida constantes do SISTN, caso o último RGF exigível (conforme art. 55§2º e art. 63, II, ambos da LRF) esteja homologado no SISTN. O art. 21, § 4º da RSF nº 43/2001 estabelece que o Ministério da Fazenda poderá dispensar a apresentação desse demonstrativo, caso já disponha das informações contidas nesse documento em seus bancos de dados.

5. Cronograma de liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação

No cronograma deverá constar as previsões de liberação das operações de dívida fundada interna e externa, realizadas no exercício em curso e/ou em tramitação, exclusive a operação pleiteada, e de operações contratadas em exercícios anteriores que possuam parcelas liberadas ou a liberar.

Observar ainda os seguintes aspectos:

- Estar datado e assinado pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Secretário responsável pela administração financeira, devidamente identificados;
- Destacar a unidade em que os valores são discriminados (R\$1.000,00 ou R\$1,00);
- Não incluir a operação pleiteada, objeto da análise presente;
- O ano em curso se refere ao ano em que foi elaborado o demonstrativo;
- Discriminar, por operação, o item “Operações de crédito autorizadas e em tramitação na STN ou no Senado Federal

- Para cada coluna, informar o ano a que se refere (por exemplo: substituir “Ano em curso” por “2010”; “Ano em curso + 1” por “2011”; “Ano em curso + 2” por “2012”; “Ano em curso + 3” por “2013”; “Ano em curso + 4” por “2014”; “Ano em curso + 5” por “2015”; “Ano em curso + 6” por “2016”, e assim por diante);
- Abrir número de colunas suficiente para as liberações previstas. Ou seja, caso haja previsão de liberação de receita de operação de crédito até 2015, por exemplo, deverá ter colunas de liberação de 2010 até 2015;
- No caso de operação externa, o cronograma deverá ser preenchido com informações até o ano imediatamente posterior ao ano final do cronograma da operação pleiteada.

Obs. 1.: O Modelo deste Cronograma em formato de Planilha eletrônica está disponível em:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/AnexoG_MODELO3_Cronograma_Liberacao_Operacoes_Contratadas_Autorizadas_Tramitacao.xls

Obs. 2: Caso o Ente não tenha liberações previstas, informar zero no cronograma.

Modelo de Cronograma de Liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação

Cronograma de Liberação

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal **(excluída a operação pleiteada)**

Ente Federativo: Prefeitura Municipal de (...)/Governo do Estado de (...)

Operação Pleiteada: _____

Data: ____/____/____

Valores em R\$ 1,00

	Ano em Curso		Ano em Curso + 1	Ano em Curso + 2	Ano em Curso + 3	Ano em Curso + 4	Ano em Curso + 5	Ano em Curso + 6	Ano em Curso + ²
	Liberado	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar
Operações de Crédito Contratadas									
Operações Contratadas com o Sistema Financeiro Nacional									
1.									
2.									
...									
n.									
Operação de ARO									
Demais (inclusive operações de crédito externas)									
1.									
2.									
...									
n.									
Operações de crédito Autorizadas e em tramitação na STN e no Senado Federal⁽¹⁾									
1.									
2.									
...									
n.									
TOTAL									

Obs.:

(1) Não devem ser incluídas as liberações previstas da operação pleiteada.

(2) Deverão ser abertas tantas colunas de liberação quantas houver. No caso de operação externa, o cronograma deverá ser preenchido com informações até o ano imediatamente posterior ao ano final do cronograma da operação pleiteada.

Valores consolidados: administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

O exercício de 20XX (preencher) é o último para o qual há liberações previstas.

Chefe do Poder Executivo
(Nome e cargo)

Secretário de Governo Responsável pela Administração Financeira
(Nome e cargo)

6. Cronograma de Pagamento das Dívidas Contratadas e a Contratar

O Cronograma deverá informar a previsão de pagamento anual das dívidas consolidadas interna e externa, contratadas e/ou a contratar, exclusive a operação pleiteada, com discriminação do principal, dos juros e demais encargos.

Este demonstrativo deverá:

- Informar os dispêndios relativos a todos os exercícios em que houver pagamentos previstos da operação pleiteada, tendo em vista o cálculo a que se refere a Resolução nº 2/2009, do Senado Federal;
- Estar atualizado, com informação da data de confecção do demonstrativo e assinado pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Secretário responsável pela administração financeira, devidamente identificados;
- Destacar a unidade em que os valores são discriminados (R\$1.000,00 ou R\$1,00);
- **Não incluir a operação pleiteada, objeto da análise presente**, para evitar duplicidade, tendo em vista que os dispêndios da operação pleiteada já são informados no cronograma financeiro da operação;
- Ano em curso se refere ao ano em que foi elaborado o demonstrativo;
- Nos subitens de “II – A contratar”, discriminar os valores por operação de crédito, se for o caso;
- Para cada coluna, informar o ano a que se refere (por exemplo: substituir “Ano em curso” por “2010”; “Ano em curso + 1” por “2011”; “Ano em curso + 2” por “2012”; “Ano em curso + 3” por “2013”; “Ano em curso + 4” por “2014”; “Ano em curso + 5” por “2015”; e assim por diante);
- Na coluna “TOTAL”, informar o somatório dos pagamentos das Amortizações e dos Encargos de todos os anos. Cabe ressaltar que o somatório dos valores de pagamento da amortização deve ser compatível com o saldo da dívida consolidada informado no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida relativa ao exercício anterior (item 2 do Anexo G deste Manual);
- No caso de operação externa, o cronograma deverá ser preenchido com informações até o ano imediatamente posterior ao ano final do cronograma da operação pleiteada.

Obs.: O Modelo deste Cronograma em formato de Planilha eletrônica está disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/AnexoG_MODELO_Cronograma_Pagamento_Dividias_Contratadas_Contratar.xls

Obs. 2: Caso o Ente não tenha Dívida Consolidada informar zero no cronograma.

Modelo de Cronograma de pagamento das Dívidas Contratadas e a Contratar (Amortização e Encargos)

Cronograma de pagamento das dívidas contratadas e a contratar (interna e externa)⁽³⁾⁽⁵⁾

Operações Contratadas e a Contratar **(excluída a operação pleiteada)**

Ente Federativo:

Operação Pleiteada: _____

Data-base: __/__/____

Valores em R\$ 1,00

	TOTAL ⁽⁷⁾		Ano em Curso		Ano em Curso + 1		Ano em Curso + 2		Ano em Curso + 3		Ano em Curso + 4		Ano em Curso + ... ⁽⁴⁾		Restante a Pagar ⁽⁸⁾	
	Amortiz.	Encargos	Amortiz.	Encargos	Amortiz.	Encargos	Amortiz.	Encargos	Amortiz.	Encargos	Amortiz.	Encargos	Amortiz.	Encargos	Amortiz.	Encargos

I – Contratadas⁽¹⁾

Dívida Mobiliária

Dívida Contratual (inclusive relativa a PPP)

Operações de Crédito inferiores a 12 meses

Parcelamentos com a União

De Tributos Federais

De Contribuições Sociais

Previdenciárias (INSS)

Demais Contribuições Sociais

Do FGTS

Operações de Crédito inferiores a 12 meses

Outras Dívidas

1. (credor / data da contratação)

2. (credor / data da contratação)

3. (credor / data da contratação)

II - Operações e crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas

1. (denominação / credor)

2. (denominação / credor)

3. (denominação / credor)

Total do Reembolso (I +II)

Obs.:

1. Incluir todas as operações contratadas, inclusive aquelas que não tiveram parcelas de liberação.

2. O valor correspondente ao exercício em curso deverá incluir os valores pagos e a pagar no referido exercício, **de janeiro a dezembro**.

3. O cronograma deverá incluir os valores de amortização (colunas "Amortiz.") e juros e demais encargos (colunas "Encargos").

4. A coluna "Restante a Pagar" deverá conter todos os reembolsos de dívida posteriores ao exercício a que se refere a coluna anterior. No exemplo acima, considerou-se que a coluna "Restante a Pagar" inclui todas as amortizações e encargos posteriores ao exercício de 2030, na hipótese de a operação pleiteada estender-se até 2030. Ver observação 8, abaixo.

5. Valores consolidados: administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

6. Entende-se por operação a contratar aquelas sob análise da STN ou do Senado Federal e as já autorizadas, mas ainda não contratadas, exceto a operação pleiteada. Discriminar operações a contratar, com os respectivos valores despendidos, ano a ano, por operação.

7. A coluna "TOTAL" deverá conter o somatório dos valores de Principal e de Encargos de todos os exercícios.

8. **IMPORTANTE:** Devem ser inseridas colunas referentes a todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida. Após a coluna referente ao último exercício em que houver amortizações e encargos da operação pleiteada (informados no Cronograma Financeiro da Operação), deve ser incluída uma coluna com o somatório do "Restante a Pagar" nos exercícios seguintes, conforme exemplo no modelo acima. No caso de operação externa, o cronograma deverá ser preenchido com informações até o ano imediatamente posterior ao ano final do cronograma da operação pleiteada.

9. **Não devem ser incluídos os pagamentos da operação pleiteada neste cronograma de pagamento das dívidas interna e externa.**

Chefe do Poder Executivo
(Nome e cargo)

Secretário de Gov. Resp. pela Adm. Financeira
(Nome e cargo)

7. Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo

O parecer jurídico e a declaração do chefe do Poder Executivo, exigidos por força dos incisos I e V do art. 21 da [Resolução nº 43/2001-SF](#), comporão um único documento para fins da instrução do pleito de operação de crédito.

Este documento, protocolado no Tribunal de Contas competente, deverá ser encaminhado à STN (original ou cópia autenticada em cartório). Deverá também ser assinado pelo representante do órgão jurídico, pelo Chefe do Poder Executivo, pelo Secretário responsável pela administração financeira, e pelo responsável pelo Controle Interno.

O parecer jurídico, considerado obrigatório pela legislação, é instrumento fundamental para a tomada de decisão do Chefe do Poder Executivo, quanto ao atendimento dos requisitos legais para contratação e deve estar amparado em fatos e informações seguras, com o devido comprometimento da administração.

O parecer deverá apresentar a estrutura mínima abaixo, de forma a atender a todos os aspectos relacionados na legislação, objetivando conferir o devido amparo ao processo de avaliação do Ministério da Fazenda, bem como segurança e celeridade das análises.

Sugere-se a inclusão das sentenças indicadas em cada item da estrutura do parecer, de forma que não surjam dúvidas quanto à abrangência ou conteúdo da opinião jurídica, circunstância que poderia acarretar análises adicionais ou pedidos de informação complementares, que significam necessariamente atrasos no andamento do processo e ineficiência para o conjunto das operações em análise.

Modelo de Estrutura do Parecer do Órgão Jurídico

Identificação precisa da operação de crédito objeto de avaliação

“Trata-se da análise das condições legais para a contratação, pelo Município/Estado (...) de operação de crédito, no valor de (...) junto ao banco (...), destinada a (...).”

Informação quanto às autorizações legislativas

“A operação de crédito foi autorizada por intermédio da Lei nº XXXX/200X, publicada em __/__/__ no Diário Oficial de XX/Jornal XX/Mural da XX” (caso o documento se refira a várias operações, especificar o nº da Lei de cada uma; se for o caso indicar também a(s) Lei(s) que modificou (ram) o original)

“Os recursos da operação de crédito estão inclusos na lei orçamentária nº YYYY/200Y, referente ao exercício 20ZZ, publicada em __/__/__ no Diário Oficial de WW/Jornal WW/Mural da WW (alternativamente, por meio de Lei nº XXX, de __/__/__, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais, e Decreto nº XXX, de __/__/__, por meio do qual se efetuou a abertura de crédito). Os recursos não serão aplicados em despesas correntes.”

Informação negativa sobre operações realizadas irregularmente ou operações vedadas

“O Ente, em relação ao art. 33 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito com infração ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 e também não realizou parcelamentos de débitos junto às cooperativas de crédito e às instituições não-financeiras” (exemplo: companhias de água, empresas de energia elétrica, companhias de habitação; se for o caso, relacionar os parcelamentos efetuados indicando instituição/data/contrato/valor contratado/lei autorizadora/valor da dívida, conforme quadro abaixo, além de encaminhar cópia dos termos contratuais e lei autorizadora);

Nome da instituição não-financeira / cooperativa de crédito	Data da contratação	Identificação do contrato	Valor Contratado (R\$)	Lei autorizadora	Valor da dívida em mmm/aaaa (*)

(*) a data deve corresponder à data da última coluna do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, de acordo com o último RGF homologado no SISTN/CEF

Obs.: Cabe destacar que parcelamentos de tributos (FGTS, INSS, Receita Federal etc.) e previdência própria não são considerados operação de crédito nos termos do Parecer PGFN/CAF/Nº 2242/2002.

“O Ente não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/7/2000” (se contratou, atestar que o Ente cumpriu o disposto no art. 3º da Resolução nº 19, de 2003, do Senado Federal, comunicando à STN a existência da operação; ou solicitou/está solicitando a sua regularização nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, inseridos pela Resolução nº 19/2003. Relacionar os contratos efetuados indicando instituição/data/contrato/valor contratado/ lei autorizadora/valor da dívida, conforme quadro abaixo);

Nome da instituição com o qual foi contratada a operação	Data da contratação	Identificação do contrato	Valor Contratado (R\$)	Lei autorizadora	Valor da dívida em mmm/aaaa (*)

(*) a data deve corresponder à data da última coluna do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, de acordo com o último RGF homologado no SISTN/CEF

“O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação” (ou, se for o caso, relacionar as operações efetuadas indicando instituição/data/contrato/valor contratado/ lei autorizadora/valor da dívida, conforme quadro abaixo, além de encaminhar cópia dos termos contratuais);

Nome do Ente (Município/Estado/União / administrações diretas / fundos /autarquias/fundações/empresas estatais dependentes) com o qual foi contratada a operação	Data da contratação	Identificação do contrato	Valor Contratado (R\$)	Lei autorizadora	Valor da dívida em mmm/aaaa (*)

(*) a data deve corresponder à data da última coluna do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, de acordo com o último RGF homologado no SISTN/CEF

Obs.: Cabe destacar que operações de crédito contratadas com instituições financeiras estatais não representam violação do art. 35 da LRF.

“O Ente não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da [Resolução nº 43/2001 do Senado Federal](#) e pelo art. 37 da LRF ” (se praticou, identificar quais e descrever as providências tomadas para sua regularização);

Para os Estados que refinanciaram dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97:

“A operação de crédito pleiteada está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado com a denominação de “_____” pelo valor de “_____” e não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV do art. 5º da [Resolução nº 43/2001 do Senado Federal](#)”

Informação sobre adimplência

“Declaro que o Ente está ciente da responsabilidade de estar adimplente com instituições integrantes do sistema financeiro nacional, para fins de comprovação da vedação a que se refere o art.16 da [Resolução nº 43](#), de 2001, bem como das demais adimplências exigidas por aquela Resolução (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) no ato da assinatura do contrato.”

Informação relativa ao cumprimento da obrigação de que trata a alínea “c” do inciso IV do art. 21 da Res. SF nº 43/2001

“O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto: a) no art. 23 - limites de pessoal; no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000; no art. 37 – não realização de operações vedadas; no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital”.

Informações sobre o cálculo dos limites de endividamento

“Relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal.” (ou, se for o caso, relacionar as operações que não serão computadas como despesa de capital, na forma do §2º do art. 6º da [Resolução nº 43/2001-SF](#))

“Estão atendidas as disposições do inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, conforme os critérios definidos no art. 6º da [Resolução nº 43/2001-SF](#).”

Atendimento aos demais limites e condições estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, bem como na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

“O Ente cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF”

Informação sobre atendimento dos limites da despesa com pessoal

*“O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal no período de mm/aaaa a mm/aaaa.” **(período deverá corresponder ao último RGF publicado, conforme § 2º do art. 55 da LRF, destacando os valores do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Inativos e Pensionistas por Poder/Órgão):***

Inserir Quadro de Despesas com Pessoal, conforme modelo abaixo indicado. Observar que há um modelo para Municípios e Distrito Federal e outro para Estados.

Importante: à luz da LRF (art. 18), despesas com inativos e pensionistas devem ser incluídas nas despesas com pessoal, excetuando-se **apenas** as com recursos vinculados (art. 19: (1) arrecadação de contribuições dos segurados, (2) compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição e (3) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade). Além disso, é importante destacar que, considerando que alguns Tribunais de Contas usam metodologia distinta daquela definida nos manuais técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, é necessário o preenchimento do quadro abaixo conforme solicitado, sem omissão de nenhum item.

MODELO DE QUADRO PARA MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL (Despesa Liquidada no período de mm/aaaa a mm/aaaa - <u>último RGF publicado</u>)	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO ⁽²⁾
Despesa Bruta com Pessoal (a + b + c + d) = (I)		
Pessoal Ativo (a)		
Pessoal Inativo (b)		
Pensionistas (c)		
Outras despesas com pessoal decorrente de contratos de terceirização (art. 18 §1º da LRF) (d)		
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF) (e+f+g+h)= (II) ⁽¹⁾		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (e)		
Decorrentes de Decisão Judicial(f)		
Despesas de Exercícios anteriores(g)		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados(h)		
Repasse previdenciários ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais		
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite – TDP (IV) = (I-II+III)		
Receita Corrente Líquida – RCL (V)		
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas) (se estiver computado na despesa bruta com pessoal, informar zero)		
Inativos e Pensionistas (informar valores somente se não estiver computado na despesa bruta com pessoal, caso contrário, informar zero)		
Percentual (%) do total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite – TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		

(1) Compõem as despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF): indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exercícios anteriores; inativos e pensionistas com recursos vinculados.

(2) Incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver. Nesse caso, inserir coluna correspondente especificamente para o Tribunal. Aplica-se para o Tribunal de Contas do Distrito Federal -TCDF.

MODELO DE QUADRO PARA ESTADOS

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL (Despesa Liquidada no período de mm/aaaa a mm/aaaa - último RGF publicado)	Poder Executivo	Poder Legislativo ⁽²⁾		Poder Judiciário	Ministério Público
		Assembléia Legislativa	Tribunal de Contas		
Despesa Bruta com Pessoal (a + b + c + d) = (I)					
Pessoal Ativo (a)					
Pessoal Inativo (b)					
Pensionistas (c)					
Outras despesas com pessoal decorrente de contratos de terceirização (art. 18 §1º da LRF) (d)					
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF) (e+f+g+h)= (II) ⁽¹⁾					
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (e)					
Decorrentes de Decisão Judicial(f)					
Despesas de Exercícios anteriores(g)					
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados(h)					
Repasses previdenciários ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais					
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite – TDP (IV) = (I-II+III)					
Receita Corrente Líquida – RCL (V)					
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas) (se estiver computado na despesa bruta com pessoal, informar zero)					
Inativos e Pensionistas (informar valores somente se não estiver computado na despesa bruta com pessoal, caso contrário, informar zero)					
Percentual (%) do total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite – TDP sobre a RCL (IV/V) * 100					

(1) Compõem as despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF): indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exercícios anteriores; inativos e pensionistas com recursos vinculados.

(2) Incluído o Tribunal de Contas do Estado, e o Tribunal de Contas dos Municípios, quando houver.

Informação sobre garantias

“Em observância ao § 4º do art. 18 da Res. SF nº 43/2001, este Ente não teve dívida honrada pela União (e pelo Estado, no caso de Municípios), em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, para dívidas ainda não liquidadas.”

“Este Ente não foi chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês de análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas.” (declaração a ser prestada apenas nos casos em que houver pedido de ampliação do limite de garantia previsto no art. 9º da [Resolução nº 43/2001-SF](#))

Informação sobre o responsável pela administração financeira e pelo controle interno

“Declaro, para os devidos fins de direito e para que produza os efeitos necessários, que o Sr. (informar nome do servidor), Cl. RG. (informar número da identidade e órgão expedidor), CPF. (informar número), ocupante do cargo de (Secretário, Tesoureiro, Contador, ...) é o responsável pela administração financeira do Município.”

“O Sr. (a) _____ (nome completo), _____ (cargo) é o responsável pelo controle interno do Ente.”

Números de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

“A relação abaixo corresponde a todos os números de CNPJ da Administração Direta do Poder Executivo: :

_____._____._____/_____-_____
_____._____._____/_____-_____
_____._____._____/_____-_____”

Importante:

Caso a operação pleiteada seja de crédito interno, devem ser declarados os números cadastrados no CNPJ de todos os órgãos integrantes da Administração Direta do Poder Executivo do Estado, Distrito Federal ou Município ao qual pertença o órgão tomador da operação de crédito;

Com vistas a análise de operações com garantia da União, para as operações de crédito externo, recomenda-se que sejam declarados os números cadastrados no CNPJ de todos os órgãos integrantes da Administração Direta de todos os Poderes do Estado, Distrito Federal ou Município ao qual pertença o órgão tomador da operação de crédito, descrevendo a natureza jurídica e o respectivo vínculo (a qual Poder está ligado);

Observação: É importante ressaltar que a solicitação desses registros visa facilitar a verificação, **por parte da instituição financeira ou contratante**, da adimplência dos Entes Federados, conforme dispõe o artigo 16 e inciso VIII do art. 21 da Resolução SF nº 43/2001 (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União). Tendo em vista a alteração introduzida pela Resolução nº 29/2009, do Senado Federal, é de exclusiva responsabilidade do agente financeiro ou contratante o acompanhamento e comunicação de possíveis inadimplências, não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN.

Outras exigências

(Cumprimento de outros requisitos exigidos pela legislação ou Constituição própria do ente, ou outras informações ou observações julgadas importantes).

Assinatura do Representante do Órgão Jurídico
(Nome e Cargo)

Aprovo o parecer e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica. Encaminhe-se ao Tribunal de Contas para acompanhamento, tendo em vista o disposto no art. 59 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Assinatura do Chefe do Poder Executivo
(Nome e Cargo)

Assinatura do Secretário Responsável pela Administração Financeira
(Nome e Cargo)

Assinatura do Responsável pelo Controle Interno
(Nome e Cargo)

PROTOCOLO DO TRIBUNAL DE CONTAS (RECEBIMENTO):

Obs.: Modelo deste documento encontra-se disponível na página seguinte:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/AnexoA_MODELO2_Parecer_Orgao_Juridico_Declaracao_Chefe_Poder_Executivo.doc

8. Parecer do órgão técnico

O parecer técnico, cuja elaboração é obrigatória para a contratação de qualquer tipo de operação de crédito, por força do art. 32 da LRF e do inciso I do art. 21 da [Resolução nº 43/2001-SF](#), de forma geral, tem o propósito de apresentar as justificativas do Ente para a contratação da operação pretendida.

O parecer deverá ser assinado por seu respectivo representante, devidamente identificado, e com o “de acordo” do Chefe do Poder Executivo,

Modelo de Estrutura do Parecer do órgão técnico

O parecer deve registrar o impacto financeiro da operação, de forma a evidenciar:

- **A relação custo-benefício:**

Neste item, o parecer deve estimar os impactos financeiros da operação, fazendo uma comparação entre os custos e os benefícios a serem auferidos com os recursos do empréstimo. É fundamental que se evidenciem os principais itens de custos do projeto, informando o custo unitário e o custo total.

Por exemplo: custo de pavimentação, custo de treinamento, custo de aquisição de máquinas e equipamentos.

Deve-se fazer uma estimativa do retorno esperado dos investimentos em cada exercício, tomando-se como base o exercício corrente.

Para demonstrar a relação custo-benefício, podem-se utilizar tabelas e demonstrativos ou descrever no texto os números ou percentuais verificados (ou esperados, a título de aumento de arrecadação, por exemplo) comprovando que os benefícios superam os custos da operação, mediante o uso de metodologia própria para apuração.

- **O interesse econômico e social da operação:**

Apresentar uma descrição resumida do programa/projeto e dos objetivos pretendidos pelo ente, bem como as justificativas para os investimentos propostos, ressaltando a importância da operação e o seu alcance econômico e social.

9. Declaração de não-reciprocidade (somente para ARO)

Conforme disposto no art. 37, § 6º da [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#), é pré-requisito para a contratação da operação de antecipação de receita orçamentária (ARO) a entrega, ao Ministério da Fazenda, de declaração da não ocorrência de reciprocidade ou condição especial que represente custo adicional ao expresso pela taxa de juros da operação, assinada por representante da instituição financeira e pelo chefe do Poder Executivo.

Modelo de Declaração de não-reciprocidade

DECLARAÇÃO DE NÃO-RECIPROCIDADE

Em atendimento ao disposto no § 6º, do art. 37 da [Resolução nº 43/2001](#), do Senado Federal, declaramos para os devidos fins de direito e para que produza os efeitos necessários que não há qualquer reciprocidade ou condição especial que represente custo adicional ao exposto pela taxa de juros da operação, relativa a operação de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária objeto do Leilão nº, realizado pelo Banco Central do Brasil, de interesse da Prefeitura Municipal de / Governo do Estado de, cujo vencedor foi o Banco

Por ser a expressão da verdade firmamos a presente.

Local e data.

Nome e assinatura do representante da instituição financeira

Nome e assinatura do Chefe do Poder Executivo

10. Autorização específica do órgão legislativo

A autorização legislativa deverá necessariamente especificar os elementos essenciais de identificação da operação de crédito e outras características que o Poder Legislativo local desejar condicionar.

Esta autorização poderá constar na Lei Orçamentária Anual, em lei que autorize créditos adicionais (inciso I do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000), desde que atenda à característica descrita acima.

Deverá ser encaminhado:

- a) Exemplar de sua publicação na imprensa; ou
- b) Cópia autenticada em cartório do exemplar de sua publicação; ou
- c) Original da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- d) Cópia autenticada em cartório da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- e) Lei disponibilizada no sítio do Ente na internet (caso não se trate do Diário Oficial, o chefe do Poder Executivo deverá atestar que esse modo de publicidade é legalmente previsto).
- f) No caso de operações com a garantia da União, deve ser incluída na Lei a autorização para conceder contragarantias, conforme o padrão ou necessidade para este propósito.

11. Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício em curso

Conforme disposto no inciso XV do art. 21 da [Resolução nº 43/2001-SF](#), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício em curso será exigida para a análise do pleito de operação de crédito.

Deverá ser encaminhado:

- a) Exemplar de sua publicação na imprensa; ou
- b) Cópia autenticada em cartório do exemplar de sua publicação; ou
- c) Original da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- d) Cópia autenticada em cartório da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- e) Lei disponibilizada no sítio do Ente na internet (caso não se trate do Diário Oficial, o chefe do Poder Executivo deverá atestar que esse modo de publicidade é legalmente previsto).

Observação: Não é necessário enviar os anexos da LDO.

12. Lei orçamentária do exercício em curso

Conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da [Resolução nº 43/2001-SF](#), a Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício em curso e o Anexo 1 da Lei nº 4.320/64 (Demonstração da Receita e da Despesa segundo as Categorias Econômicas) serão exigidos para a análise do pleito de operação de crédito. Caso a primeira liberação da operação pleiteada esteja prevista para ocorrer somente no exercício seguinte à análise, deverá ser encaminhada, também, a LOA do próximo exercício, para comprovação da inclusão dos recursos da operação de crédito.

Em relação à LOA, deverá ser encaminhado:

- a) Exemplar de sua publicação na imprensa; ou
- b) Cópia autenticada em cartório do exemplar de sua publicação; ou
- c) Original da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- d) Cópia autenticada em cartório da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou

- e) Lei disponibilizada no sítio do Ente na internet (caso não se trate do Diário Oficial, o chefe do Poder Executivo deverá atestar que esse modo de publicidade é legalmente previsto).

O [Anexo 1 da Lei nº 4.320/64](#) (Adendo II – Portaria SOF nº 8, de 4/2/1985) deve ser o anexo publicado junto com a LOA. Assim, nesse anexo deverão constar os valores de receita e despesa por categoria econômica, previstos na própria LOA, independentemente da data em que o pleito for protocolado na STN, ou seja, **os valores equivalem à previsão e à dotação iniciais. Não se refere à execução orçamentária.**

Veja a seguir o Modelo de Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas. Deve ser enviado exemplar da publicação na imprensa ou modelo abaixo, assinado.

(Versão atualizada a partir de 2002)
Original da promulgação da Lei do Orçamento Anual – LOA

RECEITA	R\$	R\$	DESPESA	R\$	R\$
Receitas Correntes Receita Tributária Receita de Contribuições Receita Patrimonial Receita Agropecuária Receita Industrial Receita de Serviços Transferências Correntes Outras Receitas Correntes Déficit (se ocorrer) TOTAL Superávit do Orçamento Corrente (se for o caso)			Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais Juros e Encargos da Dívida Outras Despesas Correntes Superávit (se ocorrer) TOTAL Déficit do Orçamento Corrente (se for o caso)		
Receitas de Capital Operações de Crédito Alienação de Bens Amortização de Empréstimos Transferências de Capital Outras Receitas de Capital TOTAL			Despesas de Capital Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida Superávit (se ocorrer) TOTAL		
RESUMO					
RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL TOTAL			DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CAPITAL RESERVA DE CONTINGÊNCIA TOTAL		

Secretário de Gov. Resp. pela Adm. Financeira
(Nome e cargo)

13. Comprovação de inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação de crédito

A comprovação de inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação é uma condição imposta pelo inciso II do § 1º do art. 32 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#) e pelo inciso III, art. 21 da [Resolução nº 43/2001-SF](#).

Caso, na Lei Orçamentária Anual, não haja previsão de receita de operações de crédito suficiente para o valor pleiteado conforme o cronograma financeiro da operação e o Cronograma de liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação (Anexo G, item 3), deverá também ser encaminhada lei que autorize a abertura do crédito adicional (caso a LOA não autorize a abertura) e o **decreto** do chefe do poder executivo de abertura efetiva desse mesmo crédito, **tendo como fonte de recursos a receita de operação de crédito**, conforme art.43, §1º, IV, da Lei 4.320/64:

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.” (grifo nosso)

Esses documentos deverão ser encaminhados em uma das seguintes formas:

- a) Exemplar de sua publicação na imprensa; ou
- b) Cópia autenticada em cartório do exemplar de sua publicação; ou
- c) Original assinado pelo chefe do Poder Executivo; ou
- d) Cópia autenticada em cartório assinado pelo chefe do Poder Executivo;
- e) Lei e decreto disponibilizados no sítio do Ente na internet (nesse caso, o chefe do Poder Executivo deverá atestar que esse modo de publicidade é legalmente previsto)

Observação: A comprovação de inclusão dos recursos no orçamento é requisito mínimo para a conclusão da análise por parte da STN. Assim, **os pleitos que possuírem a primeira (ou única) liberação de recursos para exercício posterior ao da análise do mesmo deverão aguardar a publicação da Lei Orçamentária daquele exercício para solicitar a continuidade da verificação de limites e condições.**

14. Comprovação da adimplência financeira e do adimplemento de obrigações

Tendo em vista as alterações introduzidas pela [Resolução nº 29/2009, do Senado Federal](#), é de responsabilidade do agente financeiro ou contratante a comprovação das adimplências a que se refere o inciso VIII do artigo 21 da [Resolução do Senado Federal nº 43/2001](#) (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União), não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN. A partir desta alteração de procedimentos, a verificação se efetiva somente na formalização dos instrumentos contratuais, permitindo, assim, uma maior flexibilidade para que o Ente possa gerenciar sua situação cadastral ao longo do processo.

Ressalte-se, assim, que é responsabilidade do Ente manter-se em situação de regularidade. A contratação ficará condicionada à apresentação, perante o agente financeiro ou o contratante, de todas as certidões exigidas por lei válidas na data da contratação. Logo, recomenda-se aos Entes Federativos o acompanhamento pelos meios disponíveis abaixo:

- FGTS: <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>
- INSS: <http://www010.dataprev.gov.br/cws/contexto/cnd/cnd.html>
- SRF/PGFN (PIS-PASEP, FINSOCIAL, COFINS):
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>

No caso de empréstimos e financiamentos a serem contratados com instituições federais, na forma regulamentada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, a legislação exige o cumprimento da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, comprovado por meio do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP (inciso VIII do art. 21 da Resolução nº 43/2001-SF).

Considera-se Regime Próprio de Previdência Social o sistema de previdência, estabelecido no âmbito de cada Ente federativo, que assegure, por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

O Certificado de Regularidade Previdenciária poderá ser obtido na página da Previdência Social (www.previdenciasocial.gov.br). Esse certificado é a única comprovação que não se verifica para cada CNPJ, mas para o Ente em questão, sendo necessário somente quando a operação for contratada com instituição financeira federal.

Há, ainda, a opção de verificação de adimplência por meio do Cadastro Único de Convênio – CAUC, em https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/regularidadeSiafi/index_regularidade.asp. O link possui, além da opção de consulta, uma lista de perguntas e respostas mais frequentes e, caso o Ente não tenha a lista de CNPJs atualizada, dar especial atenção às seções “O que fazer para incluir/excluir CNPJ do CAUC” e “O que fazer para tirar dúvidas sobre o CAUC”. O CAUC é um serviço de consulta unificada de requisitos fiscais para transferências voluntárias e pode ser um instrumento útil de monitoramento por parte dos Entes federados.

Nos termos da Resolução nº 48/2008, do Senado Federal, a verificação da adimplência é feita utilizando-se todos os CNPJ's da Administração Direta do Estado, Distrito Federal ou Município, entidade tomadora da operação de crédito. Quando envolve a garantia da União, a adimplência, em cumprimento ao art. 40 da LRF, envolverá também os demais Poderes.

É importante que a lista de CNPJs da administração direta constante do CAUC se mantenha atualizada. O CAUC possibilita, com uma única consulta, verificar, junto aos cadastros dos órgãos responsáveis, a existência de certidões negativas de débito.

Diversos Entes vêm adotando o procedimento de abrir CNJs para cada um dos seus órgãos e, em alguns casos, sem a efetiva vinculação. Tal prática acaba por dificultar o acompanhamento da adimplência, necessitando a adoção de alguns procedimentos para melhor gerenciar essa situação: a) designar unidade ou responsável para efetuar acompanhamento da adimplência; b) utilizar os sistemas de consulta eletrônica para acompanhamento permanente; c) procurar centralizar os CNPJs da administração direta sob um único radical de maneira a facilitar a vinculação e d) proceder junto à receita Federal para a vinculação no cadastro dos demais CNPJs.

Cabe ressaltar que, tendo em vista a determinação para que o contratante verifique diretamente a adimplência financeira, reserva-se a estas instituições eventual entendimento jurídico quanto à maneira ou procedimentos de se obter a comprovação de adimplência à época da contratação.

O Senado Federal exige comprovação do proponente da operação de crédito que ateste sua regularidade mediante certidão negativa de débitos com:

- O Programa de Integração Social – PIS (www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br);
- O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP (www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br);

- O Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL (www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br);
- A Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br);
- O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (www.previdenciasocial.gov.br); e
- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (www.caixa.gov.br).

A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional far-se-á mediante apresentação de certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, com informações da situação do sujeito passivo quanto aos tributos administrados pela RFB e à Dívida Ativa da União (art. 5º do Decreto nº 6.106, de 30/4/2007, Instrução Normativa RFB nº 734, de 2/5/2007, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2/5/2007).

Outras observações:

- Em consulta às certidões relativas ao FGTS, caso o certificador informe “empregador não cadastrado” para algum dos CNPJ’s da Administração direta do Poder Executivo do ente, uma das agências da Caixa Econômica Federal deverá ser procurada.
- No caso de operações com análise de garantia da União, a verificação de adimplência será feita para os CNPJ’s ligados à Administração Direta de todos os poderes.

A adimplência do Ente tomador da operação de crédito com instituições integrantes do sistema financeiro nacional é pré-requisito para a contratação de operação de crédito, conforme disposto no art.16 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A adimplência do Ente é verificada por meio do acesso ao Sistema do Banco Central (SISBACEN), no Cadastro da Dívida Pública do setor público com as instituições financeiras nacionais (CADIP). Dessa forma, também não é necessário o envio de comprovante para esse item, devendo somente manter a adimplência do Ente.

Cabe ressaltar que, tendo em vista as alterações introduzidas pela Resolução nº 29/2009, do Senado Federal, é de responsabilidade do agente financeiro ou contratante a comprovação da adimplência a que se refere o artigo 16 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 não havendo mais verificação prévia desse requisito por parte da STN.

Certidão emitida pela Secretaria responsável pela administração financeira do garantidor

No caso específico de operações de Municípios com garantia de Estados, deverá ser encaminhada certidão emitida pela Secretaria responsável pela administração financeira do garantidor, que ateste a adimplência do tomador do crédito perante o Estado e às entidades por ele controladas, bem como a inexistência de débito decorrente de garantia a operação de crédito que tenha sido, eventualmente, honrada, nos termos do art. 40 da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#) (inciso VII do art. 21 da Resolução nº 43/2001-SF). A certidão deverá ser assinada por quem de direito, devidamente identificado.

Adimplemento de contratos firmados com a União

Conforme disposto no art. 21, VI da [Resolução SF nº 43/2001](#), os pleitos para a realização de operações de crédito deverão ter a comprovação da Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao adimplemento do Ente com a União relativo aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como às garantias a operações de crédito, que tenham sido eventualmente honradas.

Além disso, conforme disposto no art. 5º, IV da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, é vedado os Estados, Distrito Federal e Municípios realizar operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União.

No caso dos Municípios que não tenham firmado acordo de refinanciamento com a União, no âmbito da [MP nº 2.185/2001](#) e da [Lei nº 8.727/93](#), nenhum documento e/ou verificação adicional é necessário.

No caso dos Municípios que tenham firmado acordo de refinanciamento com a União, a STN verificará se o referido Ente cumpre os requisitos previstos nos contratos celebrados no âmbito da MP nº 2.185/2001 e/ou da Lei nº 8.727/93 bem como se a referida operação de crédito não representa violação aos acordos de refinanciamento firmados com a União. Para qualquer consulta e/ou regularização com relação a esse assunto, o interessado deverá entrar em contato com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM/STN), nos telefones (61) 3412-3042 /3043.

No caso dos Estados que tenham firmado acordos de refinanciamento com a União no âmbito da [Lei nº 9.496/97](#) e da [Lei nº 8.727/93](#), a STN verificará se o referido Ente cumpre os requisitos previstos nos contratos celebrados, se a operação em referência está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado ([Lei nº 9.496/97](#)), bem como se a referida operação de crédito não representa violação aos acordos de refinanciamento firmados com a União. Para qualquer consulta e/ou regularização com relação a esse assunto, o interessado deverá entrar em contato com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM/STN), nos telefones (61) 3412-3042 /3043.

Para os Entes que possuem financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União, mediante informação da Secretaria do Tesouro Nacional, deverá ser exigida pelo contratante, no ato da assinatura do contrato, informação relativa à comprovação de que trata o inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do disposto no inciso IV do art. 5º da referida Resolução.

15. Obrigações de Transparência

As obrigações de transparência decorrem precipuamente do Princípio da Publicidade, conforme art. 37 da [Constituição Federal](#). Ressalte-se que a [Lei Complementar nº 131, de 27/5/2009](#), que alterou a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), estabelece prazos para, entre outras obrigações, a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, **em meios eletrônicos de acesso público**.

Comprovação do encaminhamento de cópia das contas ao Poder Executivo da União e do Estado

Para comprovação de encaminhamento, por parte dos Entes, de suas contas, a STN realizará a verificação por meio do seguinte endereço eletrônico:

https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/regularidadeSiafi/index_regularidade.asp.

No caso de Município, comprovação de que encaminhou cópia de suas contas ao Poder Executivo do respectivo Estado, conforme inciso I do §1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

A comprovação se verificará por meio de:

- a) Cópia protocolada do ofício de encaminhamento das contas relativas ao exercício anterior à Secretaria de Fazenda do respectivo Estado; ou
- b) Impressão da certidão de entrega, quando a Secretaria de Fazenda do Estado disponibilizar *síte* na internet; ou

- c) Atualização do Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN com as informações previstas na Portaria STN n.º 109, de 2002, por intermédio do *site* da Caixa Econômica Federal – CAIXA (www.caixa.gov.br). Essa comprovação será válida somente para os Municípios dos Estados que realizaram convênio com a CAIXA para disponibilização de acesso ao SISTN e intercâmbio de dados e informações. A relação dos Estados que firmaram convênio com a CAIXA poderá ser pesquisada no [FAQ – perguntas mais frequentes](#), no endereço indicado no Capítulo 2 – Atendimento ao Público. Para informações mais atualizadas, o município poderá consultar o respectivo Estado no SISTN, verificando se já possui convênio.

Atualização do Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN

Constitui obrigação dos Estados, Municípios e Distrito Federal o envio de informações contábeis para fins de consolidação pela União, art. 51 da LRF, bem como informações sobre suas operações de crédito e os relatórios fiscais previstos na [Lei Complementar nº. 101, de 2000](#).

A [Portaria STN nº 109, de 2002](#), estabelece que os dados para consolidação das informações contábeis pela União devem ser obtidos por meio do SISTN, operado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA.

As informações para o cálculo, pelo Tesouro nacional, dos limites de endividamento dos Estados, Municípios e Distrito Federal, devem ser extraídas dos Relatórios Resumido da Execução Orçamentária (RREO), do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), do Cadastro de Operações de Crédito (COC) e do Balanço Anual, também informados por meio do SISTN. Estes relatórios devem ser encaminhados e homologados via agências da Caixa Econômica Federal, por força de Convênio estabelecido entre a STN e a CAIXA, para a disponibilização do SISTN no sítio da Caixa Econômica Federal.

As declarações, constantes da [Portaria STN n.º 109, de 2002](#), e alterações, referentes aos dois últimos exercícios e ao exercício em curso (atual) devem apresentar o status "HOMOLOGADA" no SISTN, por intermédio do *site* da Caixa Econômica Federal – CAIXA (www.caixa.gov.br).

O Ente que deixar de homologar essas informações no SISTN, na periodicidade requerida, não poderá contratar operações de crédito, conforme previsto no artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A cartilha para usuários do SISTN está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://sistn.caixa.gov.br/sistnstatic/internet/cartilha/CARTILHA%20DO%20SISTN%20-%20NOV.pdf>

16. Orientações para análise e entrega de Certidão do Tribunal de Contas

As certidões expedidas pelo Tribunal de Contas competente deverão estar válidas na data do protocolo da STN, bem como na data em que esta Secretaria finalizar a análise de endividamento. Cabe ressaltar que a contratação fica condicionada à apresentação, perante as instituições financeiras, de todas as certidões exigidas por lei válidas na data da contratação.

A certidão do Tribunal de Contas competente apresentada é válida considerando os prazos limites de publicação dos Relatórios de Resumos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, desde que não haja prazo de validade inferior estabelecido no próprio documento.

São pelo menos duas as certidões a serem apresentadas (último exercício analisado e exercícios ainda não analisados), de acordo com a abrangência abaixo, que poderão vir consolidadas em um único documento, se assim julgado conveniente pelo Tribunal. Assim, a Certidão ou certidões expedidas pelo Tribunal de Contas competente deverão atestar:

- a) Em relação às contas do último exercício analisado, o cumprimento do disposto no art. 167, III da CF/88 - regra de ouro; no art. 23 *(com certificação do cumprimento dos limites

de despesa de pessoal por poder/órgão, tal como especificado no art. 20); no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000; no art. 37 – não realização de operações vedadas; no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#) (alínea “a” do inciso IV do art. 21 da Resolução nº 43/2001-SF);

- b) Em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso, o cumprimento do disposto no art. 167, III da CF/88 - regra de ouro; no art. 23 *(com certificação do cumprimento dos limites de despesa de pessoal por poder/órgão, tal como especificado no art. 20); no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#) (alínea “b” do inciso IV do art. 21 da Resolução nº 43/2001-SF);

Para as operações de crédito a serem contratadas com garantia da União, a Certidão a ser encaminhada deverá conter os itens exigidos para análise de garantia da União, conforme especificado abaixo:

- a) Em relação às contas do último exercício analisado, o cumprimento do disposto nos artigos 167, III, 198 e 212 da Constituição Federal de 1988, representando a regra de ouro, o cumprimento dos gastos com saúde, indicando o percentual aplicado (com a redação da EC 29/2000 - art. 25 da LRF) e o cumprimento dos gastos com educação, indicando o percentual aplicado (art. 25 da LRF), respectivamente; o cumprimento dos seguintes artigos da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#) (alínea “a” do inciso IV do art. 21 da Resolução nº 43/2001-SF): art. 11 (pleno cumprimento das competências tributárias); art. 23* (com certificação do cumprimento dos limites de despesa de pessoal por poder/órgão, com a indicação dos respectivos percentuais, tal como especificado nos arts. 19, 20 e 22); art. 33 (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000); art. 42 (restos a pagar – quando cabível); art. 37 (não realização de operações vedadas); art. 52 (publicação do relatório resumido da execução orçamentária) e § 2º do art. 55 (publicação do relatório de gestão fiscal).
- b) Em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso, de acordo com as informações constantes nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e nos de Gestão Fiscal, o cumprimento do disposto nos artigos 167, III, 198 e 212 da Constituição Federal de 1988, representando a regra de ouro, o cumprimento dos gastos com saúde, indicando o percentual aplicado (com a redação da EC 29/2000 - art. 25 da LRF) e o cumprimento dos gastos com educação, indicando o percentual aplicado (art. 25 da LRF), respectivamente; o cumprimento dos seguintes artigos da [Lei Complementar nº 101, de 2000](#) (alínea “a” do inciso IV do art. 21 da Resolução nº 43/2001-SF): art. 11 (pleno cumprimento das competências tributárias); art. 23* (com certificação do cumprimento dos limites de despesa de pessoal por poder/órgão, com a indicação dos respectivos percentuais, tal como especificado nos arts. 19, 20 e 22); art. 42 (restos a pagar – quando cabível); art. 52 (publicação do relatório resumido da execução orçamentária) e § 2º do art. 55 (publicação do relatório de gestão fiscal)

(*) Relativamente ao art. 23 e em conformidade com o disposto no § 1º do art. 25 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a certidão deve atestar o cumprimento dos limites por poder e por órgão, informando inclusive os respectivos valores monetários e percentuais em relação à receita corrente líquida:

Para Municípios e Distrito Federal:

despesa verificada para o Poder Executivo; e

despesa verificada para o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver);

Para Estados:

despesa verificada para o Poder Executivo;

despesa verificada para o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Estado, e o Tribunal de Contas dos Municípios, quando houver);
despesa verificada para o Poder Judiciário; e
despesa verificada para o Ministério Público.

Observações adicionais:

- Deverá ser encaminhada Certidão original ou cópia autenticada em cartório;
- A Certidão deverá atestar com clareza e objetividade o cumprimento ou descumprimento dos itens previstos nos normativos mencionados;
- Não serão aceitas certidões que sejam omissas com relação a algum dos itens requeridos;
- Considerando a medida cautelar deferida, pelo STF (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238) para conferir ao art. 12, § 2º da LRF interpretação conforme ao inciso III do art. 167 da Constituição Federal, há somente referência para o Tribunal de Contas atestar o art. 167, III da Constituição Federal.

Caso a certidão não apresente a verificação de cada um dos itens, recomenda-se retornar ao Tribunal para incluir o item faltante, de forma a não prejudicar o andamento do processo.

ANEXO D – ORIENTAÇÕES E MODELOS DE DOCUMENTOS PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

1. Instruções de caráter geral

Além dos documentos já discriminados no Anexo C, serão necessárias as seguintes informações complementares, conforme previsto na [Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal](#) e na Portaria MF nº 497/1990.

Os documentos encaminhados deverão seguir, além das particularidades de cada um, os seguintes preceitos, de forma a conferir agilidade e segurança ao processo de análise:

- a) Todos os documentos deverão ser apresentados em originais ou cópias autenticadas em cartório;
- b) Os documentos devem ser legíveis e não podem apresentar rasuras;
- c) Todas as assinaturas deverão ser devidamente identificadas;
Quando se tratar de lei ou decreto, deverá ser encaminhado:
 - a) Exemplar de sua publicação na imprensa; ou
 - b) Cópia autenticada em cartório do exemplar de sua publicação; ou
 - c) Original do documento assinado pelo chefe do Poder Executivo; ou
 - d) Cópia autenticada em cartório do documento assinado pelo chefe do Poder Executivo; ou
 - e) Documento disponibilizado no sítio do Ente na internet (nesse caso, o chefe do Poder Executivo deverá atestar que esse modo de publicidade é legalmente previsto).

2. Pedido de concessão de garantia da União

Trata-se de Ofício do Chefe do Poder Executivo dirigido ao Secretário do Tesouro Nacional, solicitando a concessão de garantia da União. Este documento deve indicar: o nome do programa/projeto e o seu objetivo, o credor, valor da operação e as condições financeiras do pretendido empréstimo.

3. Parecer do órgão técnico

O Parecer do órgão técnico discriminado no Anexo C item 8 deverá conter, além dos elementos já discriminados no referido anexo a análise financeira da operação e das fontes alternativas de financiamento do projeto.

Para tanto, o cronograma de dispêndio deverá ser utilizado para o cálculo da Taxa Interna de Retorno ou metodologia equivalente que determine o custo efetivo da operação para fins da análise financeira da operação. Em relação às fontes alternativas, deve-se apresentar a justificativa para a escolha do financiador, bem como se existem outros possíveis financiadores.

4. Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo

Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo deverá observar, além das instruções discriminadas no Anexo C item 7, as informações detalhadas a seguir.

Sugere-se inserir a sentença indicada a seguir na estrutura do parecer, de forma que não surjam dúvidas quanto à abrangência da declaração quanto ao cumprimento das condições discriminadas a seguir:

"O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o exercício em curso (quando couber), cumpre o disposto: (a) os artigos. 198, e 212 da Constituição Federal, tendo aplicado XX,XX% em ações e serviços públicos de saúde e YY,YY% em manutenção e desenvolvimento do ensino; (b) o artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000; (c) o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000; (d) o artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, alterado pelo art. 10 da Lei nº 12.024/2009"

Em relação ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, declarar ainda que o Ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito (Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício)

Em relação ao cumprimento do limite de contratação de parcerias público-privadas – PPP nos termos do artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, alterado pelo art. 10 da Lei nº 12.024/2009, impede a União de conceder garantia aos demais entes, caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 3% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subseqüentes excederem a 3% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios. Dessa forma, o Chefe do Poder Executivo deverá declarar adicionalmente se houve a contratação de PPPs, e em caso positivo, anexar Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas, conforme Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais 2009, Anexo XVII.

Atestar a inclusão do Projeto/Programa no PPA, discriminando os respectivos valores anuais, e a Inclusão do Projeto/Programa na LOA (ingresso; contrapartida; dispêndio):

- Deve-se indicar os montantes previstos para a operação pleiteada na Lei Orçamentária, com destaque para o ingresso dos recursos do credor, contrapartida ou ao sinal da operação em se tratando do financiamento de bens e serviços, quando cabível, bem como o pagamento do dispêndio da operação, incluindo juros e encargos, identificando as respectivas fontes.
- Caso a dotação prevista para pagamento dos encargos esteja orçada de forma global, é necessário informar se a totalidade dos recursos necessários ao serviço da dívida no primeiro ano da operação está contemplada no Orçamento, bem como se, na ocorrência de acréscimos eventuais, serão os mesmos suplementados;

Declarar ainda que, existindo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, nos termos do art. 26 da LRF, os repasses estão autorizados por lei específica, atendem às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estão previstos no orçamento ou em seus créditos adicionais. Caso contrário, declarar que não haverá repasse de recursos públicos para o setor privado, nos termos do art. 26 Lei Complementar nº 101/2000.

5. Indicação das contragarantias oferecidas na Lei autorizadora

A lei autorizadora deverá observar, além das instruções discriminadas no Anexo C item 10, as informações detalhadas a seguir.

Especificar a denominação do programa ou do projeto. Além disso, **o valor da contratação deverá ser expresso na moeda que irá constar do contrato de empréstimo** (US\$ - dólares dos Estados Unidos da América ou outra moeda da carteira de intermediação do credor). Deve-se evitar trazer ao corpo da lei a fixação do valor da operação em reais, tendo em vista que a variação cambial até a autorização poderá não comportar o valor pretendido da operação de crédito, bem como maiores detalhamentos das condições financeiras da operação de crédito;

Caso as condições financeiras venham a ser mencionadas na lei autorizadora, deverão garantir a necessária flexibilidade para eventuais alterações dos termos financeiros em decorrência de políticas do credor ou por ocasião das negociações contratuais (exemplo: o

esquema de amortização poderá ser reduzido ou haver a inclusão de novos encargos ou alterações na taxa de juros).

Por fim, cabe ressaltar que as contragarantias também deverão ser vinculadas em lei e deverão ser suficientes para cobrir a amortização e demais encargos da operação.

A critério do Ministério da Fazenda serão admitidas como contragarantias à garantia da União em operação de crédito:

- Estados - cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.
- Distrito Federal - cotas de repartição constitucional, previstas nos artigos 157, 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas nos artigos 155 e 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.
- Municípios - cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

6. Plano Plurianual

O Ente pleiteante da concessão da garantia deverá encaminhar o Plano Plurianual vigente, e o(s) respectivo(s) anexo(s) que destaca(m) a ação em que está inserido o projeto ou programa, assim como o montante de recursos previsto no período e sua adequação com o cronograma anual estimativo de utilização dos recursos para a execução do programa.

Deverá ser encaminhado:

- a) Exemplar de sua publicação na imprensa; ou
- b) Cópia autenticada em cartório do exemplar de sua publicação; ou
- c) Original da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- d) Cópia autenticada em cartório da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- e) Lei disponibilizada no sítio do Ente na internet (caso não se trate do Diário Oficial, o chefe do Poder Executivo deverá atestar que esse modo de publicidade é legalmente previsto).

7. Lei Orçamentária Anual

A lei orçamentária anual, deverá observar, além das instruções discriminadas no Anexo C item 12, a existência de previsão orçamentária para o projeto ou programa, com destaque dos recursos destinados à contrapartida, ao pagamento da entrada e dos encargos e à amortização da dívidas informações detalhadas a seguir.

Deverá ser encaminhado:

- a) Exemplar de sua publicação na imprensa; ou
- b) Cópia autenticada em cartório do exemplar de sua publicação; ou
- c) Original da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- d) Cópia autenticada em cartório da lei assinada pelo chefe do Poder Executivo; ou
- e) Lei disponibilizada no sítio do Ente na internet (caso não se trate do Diário Oficial, o chefe do Poder Executivo deverá atestar que esse modo de publicidade é legalmente previsto).

8. Minuta dos instrumentos contratuais a serem negociados e formalizados

Deverá ser encaminhada a minuta do contrato de empréstimo, bem como do contrato de garantia fornecida pelo credor;

Os contratos não podem conter qualquer cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras e que implique compensação automática de débitos e créditos.

9. Certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente

Observar as instruções no Anexo C item 16.

ANEXO E - PUNIÇÕES PELA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Ato	Punição/Pena	Base Legal
Realizar operação de crédito sem comprovar o atendimento às condições e aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	Operação considerada nula e cancelada, com devolução do principal. Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na Lei Orçamentária para o exercício seguinte. Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização ou constituída a reserva, o Ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e contratar operação de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.	§§ 1º a 3º, art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Realizar operações de crédito em montante excedente às despesas de capital.	Constituição de reserva no montante equivalente ao excesso.	§ 4º, art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.	Reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.	art. 359-A, caput, do Código Penal.
Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em Resolução do Senado Federal.	Reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.	Inciso I do § único do art. 359-A do Código Penal.
Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, quando o montante da dívida consolidada ultrapassar o limite máximo autorizado por lei.	Reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.	Inciso II do § único do art. 359-A do Código Penal.
Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.	Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano.	art. 359-E do Código Penal.
Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.	Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.	art. 359-H do Código Penal.

Deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.	Perda do cargo com inabilitação para o exercício de qualquer função pública por até 5 anos.	Inciso XVI do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; art. 10, inciso 5, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.
Ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal.	Perda do cargo com inabilitação para o exercício de qualquer função pública por até 5 anos.	Inciso XVII do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; art. 10, inciso 6, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.
Deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei.	Perda do cargo com inabilitação para o exercício de qualquer função pública por até 5 anos.	Inciso XVIII do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; art. 10, inciso 7, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.
Deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro.	Perda do cargo com inabilitação para o exercício de qualquer função pública por até 5 anos.	Inciso XIX do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; art. 10, inciso 8, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.
Ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais Entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.	Perda do cargo com inabilitação para o exercício de qualquer função pública por até 5 anos.	Inciso XX do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; art. 10, inciso 9, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.
Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.	Perda do cargo com inabilitação para o exercício de qualquer função pública por até 5 anos.	Inciso XXI do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; art. 10, inciso 10, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

ANEXO F - RESUMO DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO MIP EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR (JUNHO DE 2009)

As alterações realizadas no MIP tiveram como objetivo incorporar os aspectos da análise da garantia da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, e também incorporar as alterações na legislação que ocorreram ao longo do período, conforme a seguir:

- A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.751, de 30 de junho de 2009. Define procedimentos de salvaguarda às instituições financeiras à vista do disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como procedimentos para exigir comprovação de cumprimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito.
- Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009, (que substituiu a Portaria nº 115, de 11 de março de 2008). Dispõe sobre procedimentos de formalização de pedidos de verificação de limites e condições para a contratação de operações de crédito ou a concessão de garantias pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, assim como de instrução de pleitos de autorização de operações de crédito externo pelo Senado Federal.
- Resolução do Senado Federal nº 29, de 25 de setembro de 2009, que alterou dispositivos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e modificou o parágrafo único do art. 32 da Resolução SF nº 43, de 2001, estabelecendo que a comprovação do cumprimento dos requisitos de adimplência de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da Resolução SF 43/2001, passaram a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN.
- Resolução do Senado Federal nº 36, de 11 de novembro de 2009, que alterou dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

Principais Alterações	Seções
<ul style="list-style-type: none">• O Capítulo “Atribuições do Ministério da Fazenda” passou a se chamar “Atribuições” e passou a explicitar, além das atribuições do MF, as atribuições e/ou as responsabilidades das demais instituições no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal.	<ul style="list-style-type: none">• Seção II
<ul style="list-style-type: none">• O email para contato com a STN foi alterado para mip.stn@fazenda.gov.br.	<ul style="list-style-type: none">• Seção III
<ul style="list-style-type: none">• Foram explicitados os novos procedimentos tendo em vista as atribuições das instituições financeiras, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.751/2009 e a alteração da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional que dispõe sobre a instrução e análise dos pleitos de operações de crédito (Portaria STN nº 396/2009);• Foi incluída a lista de documentos mínimos necessários para a abertura do processo na STN;	<ul style="list-style-type: none">• Seção V
<ul style="list-style-type: none">• Foi incluída a observação sobre as regras de validade e devolução dos documentos;• Foi ressaltado que, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 29/2009, a verificação das adimplências de que tratam os artigos 16 e 21, inciso VIII, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal serão comprovados à instituição financeira ou ao contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato.	<ul style="list-style-type: none">• Seções V, VI, VII, VIII, IX, X e XI.

<ul style="list-style-type: none"> Foi incluída Seção específica para “Instrução para Regularização de Operações de Crédito com instituições Não-Financeiras”; Foi incluída Seção específica para “Instrução para Solicitar a Concessão de Garantias por parte da União. 	
<ul style="list-style-type: none"> Alterações nas instruções de “emissão” do Pedido de Verificação de Limites e Condições, tendo em vista que a Resolução CMN nº 3.751/2009 determina a junção prévia de toda documentação pela instituição financeira antes da emissão do referido Pedido; Inclusão da informação sobre o valor do Custo Efetivo Total – CET; Inclusão da data de validade do documento tendo em vista as regras de contingenciamento de crédito ao Setor Público. 	<ul style="list-style-type: none"> Anexo C – item 2
<ul style="list-style-type: none"> Foi incluída a informação sobre a operação pleiteada no modelo do “Cronograma de Liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação”. 	<ul style="list-style-type: none"> Anexo C – item 5
<ul style="list-style-type: none"> Foi incluída a informação sobre a operação pleiteada no modelo do “Cronograma de liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação”; Foi incluído detalhamento para o item “Outras Dívidas” na rubrica de Dívidas Contratadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Anexo C – item 6
<ul style="list-style-type: none"> Para os Estados que refinanciaram dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, foi solicitada a inclusão de texto informativo a respeito da previsão no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado destacando a denominação e o valor previsto e que a referida operação não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União; O quadro demonstrativo de Despesa de Pessoal foi alterado de modo a refletir as últimas alterações do Manual de Demonstrativos Fiscais; Foram inseridas observações sobre os tipos de operações que não violam os artigos 33 e 35 da LRF e inseridos quadros de detalhamento das operações contratadas em não observância aos artigos 33 e 35 da LRF e relativos aos contratos de Reluz. 	<ul style="list-style-type: none"> Anexo C – item 7
<ul style="list-style-type: none"> Foram inseridas instruções mais detalhadas sobre a forma de verificação, por parte da STN, da inclusão no orçamento dos recursos oriundos de operação de crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> Anexo C – Item 13.
<ul style="list-style-type: none"> Foi ressaltado, nos termos do que determina a Resolução do Senado Federal nº 29/2009, que é atribuição exclusiva das instituições financeiras contratantes a verificação das adimplências de que tratam os artigos 16 e 21, inciso VIII, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> Anexo C – item 14
<ul style="list-style-type: none"> Foi modificado o link que remete à cartilha do SISTN. 	<ul style="list-style-type: none"> Anexo C – item 15
<ul style="list-style-type: none"> Foram feitas as mudanças estruturais e redacionais necessárias de modo a facilitar a leitura deste Manual. 	